



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 033/034

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 27 DE ABRIL DE 2004

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ANDRÉ VARGAS

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

| | |
|--------------------------------|------------------------------|
| <i>Líder do Governo</i> | <i>Ângelo Vanhoni</i> |
| <i>Líder da Oposição</i> | <i>Durval Amaral</i> |
| <i>PTB</i> | <i>Carlos Simões</i> |
| <i>PFL</i> | <i>Plauto Miró Guimarães</i> |
| <i>PSDB</i> | <i>Valdir Rossoni</i> |
| <i>PMDB</i> | <i>Antonio Anibelli</i> |
| <i>PP</i> | <i>Duílio Genari</i> |
| <i>PT</i> | <i>Elton Carlos Welter</i> |
| <i>PDT</i> | <i>Barbosa Neto</i> |
| <i>PSL</i> | <i>Luiz Carlos Martins</i> |
| <i>PL</i> | <i>Mauro Moraes</i> |
| <i>PPS</i> | <i>Marcos Isfer</i> |
| <i>PSB</i> | <i>Dr. Luciano Ducci</i> |

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 08: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio (em licença) - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 04: Arlete Caramês (em licença) - Felipe Lucas - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PSB - 02: Dr. Luciano Ducci - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 031ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
27 DE ABRIL DE 2004**

(terça-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pela Sra. Deputada Cida Borghetti e pelo Sr. Deputado Geraldo Cartário.

À hora regimental foi registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Dr. Luciano Ducci, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elza Correia, Felipe Lucas, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (53). Achando-se ausente o Deputado Elton Carlos Welter (01).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 644

Senhor Presidente:

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, que seja retirado da pauta da

Ordem do Dia, após a primeira votação, o Projeto de Lei nº 301/2003, de minha autoria, por cinco (05) Sessões.

Sala das Sessões, em 27.04.2004.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 647

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a retirada, por 10 Sessões, do Projeto de Lei Complementar nº 106/2003.

Sala das Sessões, em 27.04.2004.

(a) DR. LUCIANO DUCCI

REQUERIMENTO Nº 648

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a retirada, por 10 Sessões, do Projeto de Lei nº 252/2003.

Sala das Sessões, em 27.04.2004.

(a) DR. LUCIANO DUCCI

REQUERIMENTO Nº 641

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a V. Exa. o arquivamento do Projeto de Lei nº 105/2004, de minha autoria, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores Alto Bela Vista com sede no Município de Curitiba-PR, pelo motivo que a tal Associação já foi declarada de Utilidade Pública pela Lei nº 13.692/2002, cópia anexa.

Sala das Sessões, em 27.04.2004.

(a) DR. LUCIANO DUCCI

REQUERIMENTO Nº 645

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Hermas Brandão, DD Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, solicitando a devida autorização para a realização de viagem ao Quebec, Canadá, no período de 07 a 15 de maio do corrente ano, como representante deste Poder Legislativo e integrante da comitiva que acompanhará o Governador do Estado do Paraná, Sr. Roberto Requião.

Sala das Sessões, em 27.04.2004.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 650

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, seja encaminhado convite ao Diretor Administrativo da

COPEL e Diretor Superintendente da COPELPA S/A, Sr. Gilberto Gribeler, para que no dia 03 de maio próximo, às 14h30min, compareça nesta Casa de Leis e, ocupando a tribuna no Grande Expediente da Sessão plenária, preste esclarecimentos aos Parlamentares quanto a aquisição, pela COPEL, da participação acionária da Triunfo Participações e Investimentos S/A na ELEJOR - Centrais Elétricas do Rio Jordão.

Sala das Sessões, em 27.04.2004.

(aa) DURVAL AMARAL, ELIO RUSCH, FERNANDO RIBAS CARLI, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, LUIZ CARLOS MARTINS, VALDIR ROSSONI e ADEMAR TRAIANO.

REQUERIMENTO Nº 649

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem, após ouvido o douto Plenário, REQUERER o horário do Grande Expediente da Sessão Ordinária do dia 04 de maio de 2004 para que o ex-Secretário de Obras Públicas de Curitiba, engenheiro Leopoldo Campos, possa fazer alguns comentários e esclarecimentos sobre as obras do Eixo Metropolitano de Transporte.

Sala das Sessões, em 27.04.2004.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 672

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Veranir Rebelo, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida pelos conhecidos, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar, e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 27.04.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 638

Senhor Presidente:

Rafael Greca da Macedo, Deputado do PMDB, que este subscreve, pede à egrégia Assembléia, a inclusão nos Anais da presente Sessão, de voto de congratulações a Exma. Sra. Secretária de Cultura do Paraná, Vera Mussi, e aos ilustres e digníssimos membros de sua equipe, pela realização, com grande sucesso, do Fórum de Cultura do Cone Sul, na Cidade de Foz do Iguaçu, segmento do Fórum Mundial de Cultura, entre os dias 18 e 21 de abril de 2004.

Sala das Sessões, em 27.04.2004.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Este Deputado e esta Assembléia Legislativa do Paraná, associam-se ao grande esforço da Secretária da

Cultura e equipe da SECE em realizar o brilhante Fórum de Cultura do Cone Sul.

Vera Mussi marcou tento. Sucesso o Seminário em Foz do Iguaçu. Parte do Fórum Cultural Mundial, o Seminário do MERCOSUL revogou as distâncias culturais entre as terras que o Tratado de Tordesilhas dividiu.

Nomes nacionais da envergadura do escritor Paulo Markun, do economista Luís Nassif, do ator paranaense Herson Capri, do sociólogo Carlos Marés, do produtor de cinema Maurício Appel, do professor Cláudio Fajardo, do produtor cultural Walter Malta, do crítico de arte Maurício Kubrusly, do representante da CNBB Paulo Botas, do escritor Cristóvão Tezza, debateram no Centro de Convenções do Hotel Rafain Palace. Platéia plena e entusiasmada, preferencialmente jovem, opinou, recebeu informações e aplaudiu o evento, também voltado para a interiorização da Cultura.

Seja voto encaminhado a Exa. Sra. Vera Mussi e aos digníssimos professores, produtores culturais, atores, jornalistas e doutores membros de sua valorosa equipe.

REQUERIMENTO Nº 639

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado do PMDB, que este subscreve, pede à egrégia Assembléia, a inclusão nos Anais da presente Sessão, de voto de congratulações à Exma. Sra. Secretária da Cultura do Paraná, Vera Mussi, e aos ilustres e digníssimos professores Magnus de Mello Pereira, Norton Frehse Nicolazzi Júnior, Márcia Luzia Krinski, Antonio Cesar de Almeida Franco e Rosângela Maria Ferreira dos Santos, pela publicação, dentro do projeto Monumenta, de importantes obras históricas para a bibliografia paranaense, a saber: “Plano para sustentar a posse da parte meridional da América portuguesa (1772)”, “Posturas municipais no Paraná, 1829 a 1895”, “Audiências e correições dos Almotacés (Curitiba, 1737 a 1828)”, “Promessas desfeitas: documentação paranaense em processos do Juízo Eclesiástico da Diocese de São Paulo (1750 a 1796)”.

Sala das Sessões, em 27.04.2004.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Este Deputado e esta Assembléia Legislativa do Paraná, associam-se no grande esforço da Secretaria da Cultura e dos professores da equipe do Projeto Monumenta no Paraná, para preservar e multiplicar o acesso às fontes primárias da nossa História.

Seja este voto encaminhado a Exma. Secretária Vera Mussi e aos digníssimos professores da equipe do Projeto Monumenta no Paraná.

REQUERIMENTO Nº 646

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado do PMDB, que este subscreve, pede à egrégia Assembléia, a inclusão nos Anais da presente Sessão, de voto de congratulações ao Tenente-Coronel Carlos Eduardo Bornhausen Cardoso

e ao Batalhão Sargento Max Wolff Filho, 20º Batalhão de Infantaria Blindado do Exército Nacional, pelo notável projeto “Construindo e Educando”, com o programa de qualificação profissional na ocupação de pedreiro, destinado a brasileiros desempregados, preferencialmente, recrutados na Vila Zumbi dos Palmares, um dos endereços mais carentes da Região Metropolitana de Curitiba.

Sala das Sessões, em 27.04.2004.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Este Deputado e esta Assembléia Legislativa do Paraná, associam-se ao aplauso comunitário a esta iniciativa de abrir o tradicional Quartel do 20º BIP do Bacacheri, no acolhimento aos excluídos pelo perverso modelo econômico que aflige este País. Se o Exército é o povo fardado, quando o Exército combate ao lado do povo, melhora o Brasil.

Seja este voto encaminhado ao ilustre Comandante, Tenente-Coronel Carlos Eduardo Bornhausen Cardoso e ao Batalhão Sargento Max Wolff Filho, 20º Batalhão de Infantaria Blindado do Exército Nacional, na Avenida Erasto Gaertner, 598, Bacacheri, Curitiba - PR.

REQUERIMENTO Nº 651

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado do PMDB, que este subscreve, pede à egrégia Assembléia, a inclusão nos Anais da presente Sessão, de voto de congratulações ao Sr. Ogier Buchi, Superintendente da Eco Paraná, pela promoção “Cine Vitória, uma história de inclusão cultural”, em comemoração aos 40 anos daquela casa de espetáculos, hoje “Centro de Convenções de Curitiba”.

Sala das Sessões, em 27.04.2004.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Abril de 1964, em Curitiba. Os artistas hollywoodianos Janet Light, Anthony Perkins, Karl Maden deixaram marcas das mãos, pés e autógrafos no foyer do Cine Vitória. Almoçaram no Graciosa Country Club, para alhumbamento dos sócios - lembro dos louros cabelos de Janet a emoldurar-lhe o rosto, e o tailleur chanel cor-de-rosa - e partiram entre flashes e suspiros. Quando os cinemas encolheram e se refugiaram nos shoppings, multiplicados em pequenas salas, o Cine Vitória deixou de ser o maior de Curitiba, transformado em improvisado Centro de Convenções oficial. Com apresentação da Orquestra Bianchini, do Rio, Ogier Buchi organizou a celebração dos 40 anos da trajetória do Cine Vitória.

Este Deputado e esta Assembléia Legislativa do Paraná, associam-se à feliz idéia, fomentadora da identidade cultural e do turismo.

Seja este voto encaminhado a Ogier Buchi, na Eco Paraná, Rua Deputado Mário de Barros, 1290, 80530-930, em Curitiba.

REQUERIMENTO Nº 655

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações ao jornalista Carlos Nascimento, em face do exemplo de postura ética e jornalística demonstrada no Programa Canal Livre, exibido em 25.04.2004, pela Rede Bandeirantes de Televisão.

O presente voto justifica-se em face da necessidade de elogiar o jornalista que, mesmo suportando os arroubos, a insensatez e as descomposturas demonstradas pelo Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, soube manter a calma, o discernimento, o bom senso e, principalmente, a ética durante o Programa, respeitando o público e até atenuando o impacto causado pela falta de respeito demonstrada pelo Chefe do Executivo Estadual.

Requer ainda, que após aprovado, seja enviada cópia do presente Requerimento ao jornalista Carlos Nascimento: Rede Bandeirantes de Televisão, Rua Radiantes, nº 13 - Morumbi - CEP 05699-900 - São Paulo / SP.

Sala das Sessões, em 27.04.2004.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 664

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à Prefeitura Municipal de Serranópolis do Iguaçu, pela realização da Exposerranópolis e Festa do Vitelo, que acontecerá no período de 30.04 a 02.05 do corrente ano.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao Sr. Nilvo Perlin, Prefeito Municipal de Serranópolis do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 27.04.2004.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 662

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, o envio de expediente ao Diretor do DER, Sr. Rogério Wallbach Tizzot, solicitando estudos técnicos que venham solucionar os problemas de trânsito que ocorrem no Trevo da PR-182, que dá acesso ao Município de Maripá.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência aos Vereadores Joel Vieira Lima, Denise Freitag e Verônica Hartmann, na Câmara Municipal de Maripá / PR.

Sala das Sessões, em 27.04.2004.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

A Rodovia PR-182, que liga Palotina a Toledo é de elevado fluxo de veículos, sendo de suma importância na escoação da safra rumo à BR-277, ao Porto de Paranaguá. Nesta rodovia existe o trevo, onde é intenso o tráfego de veículos com destino às cidades de Nova Santa Rosa, Marechal Cândido Rondon entre outras, inclusive para regiões fronteiriças ao Paraguai, constituindo-se num cruzamento perigoso.

Devido a tantos transtornos damos a sugestão da implantação de um sistema rotular, tendo como exemplo o modelo existente na entrada da Cidade de Toledo, existindo ainda a necessidade de sinalização viária, o que contribuirá para a prevenção de acidentes na região.

REQUERIMENTO Nº 663

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, o envio de expediente ao Exmo. Secretário de Estado dos Transportes, Waldyr Pugliesi, solicitando a liberação de recursos para a pavimentação poliédrica da estrada rural que liga a Comunidade de Linha São Francisco à Comunidade de Linha Vitória, perfazendo aproximadamente 15 km.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência aos Vereadores Alcir Bombassaro e Rubem Arnoldo Kuhne, na Câmara Municipal de Medianeira / PR.

Sala das Sessões, em 27.04.2004.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

Conforme solicitação dos Vereadores Alcir Bombassaro e Rubem Arnoldo Kuhne, consultamos das possibilidades de liberação de recursos para a realização da pavimentação poliédrica da estrada rural que liga a Comunidade de Linha São Francisco à Comunidade de Linha Vitória, um trecho de aproximadamente 15 km, tendo em vista aquela estrada encontrar-se em péssimas condições de tráfego, causando inúmeros transtornos à população, principalmente em dias de chuva.

REQUERIMENTO Nº 665

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, Sr. Luiz Fernando Delazari, solicitando a transformação da Delegacia Regional de Polícia de Marechal Cândido Rondon em Subdivisão, bem

como a construção de uma nova Delegacia naquela Municipalidade.

Requer, ainda que do presente se dê ciência ao Vereador Nilson Erno Haachmann, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de Marechal Cândido Rondon/PR.

Sala das Sessões, em 27.04.2004.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

Com a transformação da Delegacia Regional de Polícia em Subdivisão, criar-se-á uma estrutura melhor, com mais investigadores, escrivãos, equipamentos adequados e armamentos modernos. E, com a construção de novas instalações para abrigar a delegacia, o espaço físico necessário será adequado, e obedecendo às exigências da tecnologia moderna, para abrigar a quantidade de presos da região, sendo que atualmente a delegacia tem dificuldades com armamentos, alimentação dos presos e com a segurança, pois a atual estrutura serve precariamente aos Municípios de Marechal Cândido Rondon, Quatro Pontes, Mercedes, Entre Rios do Oeste, Pato Bragado e Nova Santa Rosa.

REQUERIMENTO Nº 666

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, o envio de expediente ao Exmo. Secretário de Estado da Saúde, Sr. Cláudio Murilo Xavier, solicitando a disponibilização de veículos para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de São José das Palmeiras.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao Vereador Jonas Correia Lira, na Câmara Municipal de São José das Palmeiras/PR.

Sala das Sessões, em 27.04.2004.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

É de suma importância a disponibilização de mais um veículo para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de São José das Palmeiras, diante dos inúmeros trabalhos e a frota existente não atender adequadamente.

REQUERIMENTO Nº 667

Senhor Presidente:

Observadas as atribuições constitucionais e regimentais, o Deputado que ao final subscreve, REQUER, ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Sr. Luiz Fernando Delazari - Secretário de Estado da Segurança Pública, com cópia ao Comando Geral da Polícia Militar, solicitando estudos no sentido de viabilizar, em caráter emergencial, uma viatura policial para o Município de Alto Paraná.

Sala das Sessões, em 27.04.2004.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento se justifica em razão do pedido da Vereadora Cacilda Marconi, do PT de Alto Paraná, que atendendo aos moradores, bem como aos profissionais que atuam na prevenção à criminalidade local do Município, encaminhou-se a reivindicação à Assembléia Legislativa.

Diante do exposto, faz-se necessária a entrega de uma nova viatura para a Polícia Militar do Município, para que o serviço de Segurança Pública seja desempenhado com melhor qualidade.

Haja vista que, a agilidade de locomoção é imprescindível para o bom desempenho do trabalho policial, uma vez que estando a única viatura sem condições de uso, a qualidade do serviço declina sensivelmente, ocasionando inúmeras reclamações dos cidadãos do Município.

REQUERIMENTO Nº 668

Senhor Presidente:

Observadas as atribuições constitucionais e regimentais, o Deputado que ao final subscreve, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Sr. Luiz Fernando Delazari - Secretário da Segurança Pública, com cópia ao Comando Geral da Polícia Militar, solicitando estudos no sentido de viabilizar, em caráter emergencial, uma viatura policial para o Município de Luiziana.

Sala das Sessões, em 27.04.2004.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento se justifica em razão do pedido da comunidade através do Padre Roberto Pereira de Magalhães no sentido de facilitar o atendimento dos profissionais que atuam na prevenção e no combate à criminalidade do Município de Luziana.

Diante do exposto, faz-se necessária a entrega de uma nova viatura para a Polícia Militar do Município, para que o serviço de Segurança Pública, seja desempenhado com melhor qualidade.

Haja vista que, a agilidade de locomoção é imprescindível para o bom desempenho do trabalho policial, justifica-se a necessidade da solicitação em questão.

REQUERIMENTO Nº 669

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, solicitando recursos financeiros para a construção de um pavilhão visando abrigar a Associação de Moradores da Comunidade de Nova Brasília, do Município de São Miguel do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 27.04.2004.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O objetivo da referida proposição é oferecer um local apropriado para a realização de eventos promocionais, culturais, educativos e de lazer, proporcionando a integração entre as famílias que ali residem e o desenvolvimento sócio-econômico daquela comunidade.

REQUERIMENTO Nº 670

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, no sentido de atender o pedido do Sr. Sebastião Alves de Macedo, residente à Rua Celeste Tortato Gabardo, nº 680, Bairro Sítio Cercado, que pede a agilização na inscrição "Luz do Campo", sob Protocolo nº 62202863, em sua chácara na localidade Rio do Cacho, Município de Contenda-PR.

Se necessário informações complementares, recomendamos contato com o requerente pelo telefone 349-2469.

Sala das Sessões, em 27.04.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 671

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de atender o pedido do Sr. José Valmir da Cruz, residente à Rua Lubumir Viergbiski, nº 149, Bairro Campo Comprido, que pede, em regime de urgência, uma solução para o problema de vazamento de esgoto que vem ocorrendo ao lado de sua residência. O mau odor exalado é insuportável, além do perigo de contaminação de doenças que o mesmo pode provocar.

Se necessário informações complementares, recomendamos contato com o requerente pelo telefone 274-9464.

Sala das Sessões, em 27.04.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 640

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o encaminhamento do documento em anexo ao Exmo. Sr. Roberto Rodrigues, Ministro da Agricultura, e ao Exmo. Sr. Orlando Pessuti, Secretário da Agricultura do Paraná.

Referido documento foi remetido à Presidência da Assembléia Legislativa do Paraná pelas organizações representativas da agricultura familiar da região Sul do Brasil, juntamente com a Associação de Secretários Municipais da Agricultura do Sudoeste do Paraná (Sistema Cresol, Fórum Sul Leite, FETRAF-SUL/CUT,

ASSEMA e AMSOP), e apresenta reivindicações, tendo em vista a prolongada estiagem que afeta as regiões mencionadas.

Sala das Sessões, em 27.04.2004.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

As reivindicações formuladas no documento em anexo têm por finalidade a adoção de medidas emergenciais que amenizem as dificuldades enfrentadas pelos agricultores do Sul do Brasil e, em especial, do Sudoeste do Paraná.

Essas tradicionais regiões produtoras de alimentos estão enfrentando uma situação excepcional, caracterizada por uma estiagem a muito tempo não vista. Assim sendo, justificadas estão as medidas reivindicadas, que é o mínimo que se pode pedir diante desta inesperada e lastimável situação. É preciso liberar urgentemente recursos para a abertura de bebedouros e depósitos de água, para aquisição de sementes de milho, pastagens de inverno e corretivos de solo. Além disto, é preciso socorrer os agricultores familiares de forma mais direta, concedendo-lhes ajuda complementar de emergência, pois a situação é tal que os mesmos estão tendo dificuldades de subsistência.

Diante dos fatos apresentados e da inegável contribuição que essas regiões prestam ao Brasil, o Deputado que o presente subscreve conta com o apoio dos nobres Parlamentares, por serem justas as reivindicações e merecido o atendimento.

REQUERIMENTO Nº 643

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, que o Sr. Secretário de Estado da Educação preste as seguintes informações a respeito da fita cassete de áudio e vídeo, enriquecida com legendas, sobre o novo Plano de Carreira dos Professores do Estado, distribuída a todas as escolas públicas do Estado, através de expediente, sem data e sem número, assinado pelo Secretário da Educação, cópia anexa:

- Quem autorizou a reprodução da referida fita em áudio e vídeo?
- Qual a empresa que editou o material de áudio e vídeo distribuído?
- Qual o custo deste trabalho e da distribuição da fita?
- A divulgação da imagem e do áudio do professor José Lemos, Presidente da APP Sindicato, foi devidamente autorizada?

Sala das Sessões, em 27.04.2004.

(aa) DURVAL AMARAL, ELIO RUSCH, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, VALDIR ROSSONI e ADEMAR TRAIANO.

REQUERIMENTO Nº 653

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, que o Sr. Secretário de Estado da Comunicação Social, preste as seguintes informações a respeito da fita cassete de áudio e vídeo, enriquecida com legendas, sobre o novo Plano de Carreira dos Professores do Estado, distribuída a todas as escolas públicas do Estado, através de expediente, sem data e sem número, assinado pelo Secretário da Educação, cópia anexa:

- Quem autorizou a reprodução da referida fita em áudio e vídeo?
- Qual a empresa que editou o material de áudio e vídeo distribuído?
- Qual o custo do trabalho e da distribuição da fita?
- A divulgação da imagem e do áudio do professor José Lemos, Presidente da APP Sindicato, foi devidamente autorizada?

Sala das Sessões, em 27.04.2004.

(aa) DURVAL AMARAL, ELIO RUSCH, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, VALDIR ROSSONI e ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO Nº 654

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, informações do Secretário de Estado dos Transportes, questionando qual foi o montante gasto pelo Governo Estadual, do período de janeiro de 2003 a abril de 2004, na recuperação e manutenção das rodovias estaduais.

Sala das Sessões, em 27.04.2004.

(aa) DURVAL AMARAL, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, VALDIR ROSSONI, ELIO RUSCH e ADEMAR TRAIANO.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 133/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - A destinação final de pneumáticos inservíveis recolhidos pelas empresas fabricantes e as importadoras em atendimento aos termos da Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA nº 258, de 26 de agosto de 1999, deverá ser realizada na forma prevista nesta lei.

Art. 2º - Os pneumáticos recolhidos deverão ser destinados à pavimentação asfáltica, em processo úmido ou em processo seco, na proporção mínima de 80% (oitenta por cento) do total de pneumáticos recolhidos, observadas as quantidades e os prazos fixados pela Resolução do CONAMA nº 258/1999.

Art. 3º - A Secretaria Estadual do Meio Ambiente deverá promover periodicamente levantamento sobre a demanda existente pelo produto pneumático para fins de pavimentação asfáltica junto ao setor público, especialmente aos municípios e concessionários de rodovias, e junto à iniciativa privada, devendo, ainda, promover ações com vistas ao incremento dessa destinação.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias de soluções para preservação do meio ambiente.

Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará esta lei.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.04.2004.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A destinação final de pneus que não são mais passíveis de reutilização, denominados de pneus inservíveis, é hoje um dos mais sérios problemas ambientais a serem enfrentados pelo Poder público.

Composto por vários tipos de elementos, principalmente a borracha, o aço e o náilon ou poliéster, os pneus possuem degradação lentíssima e oferecem enormes prejuízos à natureza e à saúde pública ao serem descartados ou queimados. Todavia, há a possibilidade da utilização integral, como elemento de combustão, ou mesmo mediante a reciclagem de seus componentes principais.

O Governo Federal, através da Resolução 258, de 26 de agosto de 1999, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, estabeleceu um cronograma com o objetivo de promover progressiva coleta dos pneus inservíveis a cargo das empresas fabricantes ou importadoras, encarregando-as ainda de conferir uma destinação final ambientalmente adequada.

Não há dúvida que a reciclagem dos pneumáticos representa ganho para toda a sociedade, uma vez significa produto asfáltico mais barato, mais duradouro, mais seguro e o meio ambiente mais protegido.

A título de enriquecimento da justificativa, transcreve-se artigo sobre o assunto assinado por Sandra Aparecida Margarido Bertollo, José Leomar Fernandes Júnior, Rômulo Barroso Villaverde e Delchi Migotto Filho, publicado na Revista Limpeza Pública nº 54, de janeiro de 2000:

“Pavimentação Asfáltica: Uma Alternativa para a Reutilização de Pneus Usados.

O que fazer com pneus velhos? De lenta degradação, constituem-se em um dos grandes problemas ambientais modernos. Contudo, começam a surgir interessantes alternativas de reutilização, entre as quais, a pavimentação asfáltica.

Por Sandra A. Margarido Bertollo, José Fernandes Júnior, Rômulo Barroso Villaverde e Delchi Migotto Filho.

Apresentam-se os resultados iniciais de pesquisa sobre a viabilidade técnica da reutilização de borracha de pneus em pavimentação asfáltica. A revisão bibliográfica aborda desde a importância econômica dos pneus até as graves consequências ambientais que sua disposição final inadequada pode causar. Apresenta-se o resumo do levantamento das condições de coleta e disposição final e do volume de pneus descartados no Estado de São Paulo. Com base nas características físico-químicas dos pneus discutem-se os critérios de engenharia que devem ser atendidos previamente à sua utilização em obras de pavimentação asfáltica. O desenvolvimento deste trabalho procura ser do interesse tanto de legisladores e técnicos envolvidos com saneamento ambiental como de profissionais que atuam em obras de pavimentação, pois ao mesmo tempo em que procura contribuir para a redução da demanda de espaço nos aterros sanitários e minimização dos impactos ambientais, também analisa os efeitos da adição de borracha de pneus sobre o desempenho de misturas asfálticas.

Lenta Degradação

O pneu possui papel fundamental e insubstituível em nossa vida diária, tanto no transporte de passageiros quanto no de cargas. Entretanto, quando tornam-se inservíveis, acarretam uma série de problemas: são objetos perceptíveis e incomodamente volumosos, que precisam ser armazenados em condições apropriadas para evitar riscos de incêndio e proliferação de mosquitos e roedores. A disposição em aterros torna-se inviável, já que apresentam baixa compressibilidade e degradação muito lenta. Além disso, quando enterrados, tendem a subir e sair para a superfície (EPA, 1991; JARDIM, 1995).

Considerando a dificuldade para a disposição das carcaças de pneus em aterros sanitários e a falta de uma legislação para controle da destinação adequada desses resíduos, tem havido uma tendência da população em abandonar os pneus em curso de água, terrenos baldios e beiras de estradas, que agravam ainda mais o problema. Todo pneu, em algum momento, se transformará em um resíduo potencialmente danoso à saúde pública e ao meio ambiente. Para acabar com isso, uma solução adequada à sua destinação final deve ser adotada. Pesquisas vêm sendo realizadas, particularmente no exterior, em busca do desenvolvimento de novas tecnologias de reutilização, seja na forma inteira, com borracha reciclada, ou como combustível, na geração de energia.

Na sua forma inteira, os pneus podem ser aplicados em obras de contenções nas margens de rios para evitar desmoronamentos; como recifes artificiais, na construção de quebra-mares; na construção de equipamentos para parques infantis; no controle de erosão, etc. Inteiros, podem, ainda, ser utilizados como combustível em

fábricas de celulose e papel, em fornos de cimento e em usinas termelétricas (EPA, 1991).

O pneu apresenta uma estrutura complexa, formada por diversos materiais como: borracha, aço e tecido (náilon ou poliéster), que visam conferir as características necessárias ao seu desempenho e segurança. Do ponto de vista ambiental, a reciclagem dessas matérias-primas seria a solução mais satisfatória, com a condição de se poder recuperar materiais de qualidade a um custo energético mínimo. Mas o pneu, no sentido exato do termo, não é verdadeiramente reciclável. Isso porque o seu caráter compósito, bem como a irreversibilidade da reação de vulcanização, tornam impossível reobter as matérias-primas iniciais. No entanto, é possível recuperar e reutilizar parte deles. Os pneus são cortados e triturados, em várias operações de separação dos diferentes materiais, que permitem a recuperação dos materiais, obtendo-se borracha pulverizada ou granulada, que irá ter diversas aplicações, como: em misturas asfálticas, em revestimentos de quadras e pistas de esportes, na fabricação de tapetes automotivos, adesivos, etc.

É importante observar que, quando analisados os vários mercados para utilização de borracha de pneus inservíveis, somente dois apresentam potencial para utilização de número significativo de pneus: o energético e de misturas asfálticas. Segundo Heitzman (1992) e Zanzotto & Kennepohl (1996), cada tonelada de mistura asfáltica pode incorporar a borracha de 2 a 6 pneus.

Nas misturas asfálticas, existem dois processos - úmido e seco - de incorporação dos pneus. No processo úmido (wet process) não são adicionadas partículas finas de borracha ao cimento asfáltico, produzindo um novo tipo de ligante denominado "asfalto-borracha". Já no processo seco (dry process), partículas maiores de borracha substituem parte dos agregados pétreos. Após a adição do ligante, formam um produto denominado "concreto asfáltico modificado com adição de borracha". Para contribuir nesse problema, o Departamento de Transportes da Escola de Engenharia de São Carlos - USP, vem realizando pesquisa e estudo de avaliação do processo seco de incorporação de borracha de pneus nas misturas asfálticas.

Estados Unidos - Nenhum país produz mais pneus inservíveis que os Estados Unidos. Estima-se que sejam dispostos 285 milhões de pneus por ano, algo em torno de 4,7 milhões de toneladas, o que representa mais um pneu, por habitante, por ano. Desse montante, 33 milhões de pneus são recauchutados, 22 milhões são reutilizados (revendidos) e outros 42 milhões são destinados a diferentes aplicações. Os 188 milhões de pneus restantes são enviados para aterros ou dispostos ilegalmente (Heitzman, 1992). As leis estaduais regulamentam a aquisição, armazenagem e processamento dos pneus, impõem restrições para armazenagem em aterros sanitários e oferecem incentivos para o desenvolvimento de novas alternativas de uso.

Muitos Estados americanos proíbem a disposição de pneus inteiros em aterros, só recebendo os mesmos triturados e, ainda assim, cobrando taxas tão elevadas que tornam essa alternativa economicamente proibitiva. Nos Estados onde é permitido estocar pneus sem enterrá-los, existem normas que regulamentam o tamanho, a construção de obras de prevenção a incêndios, coberturas e tapumes para que haja o controle adequado desses depósitos.

No Brasil - Ainda não existe nenhuma monitorização do Governo, nem do setor privado, sobre as formas de disposição final dos pneus usados, assim como não há levantamento dos depósitos de pneus abandonados em todo o País. Algumas estimativas indicam que são gerados 35 milhões de carcaças de pneus anualmente (FIORI, 1998) e que existem mais de 100 milhões de pneus abandonados em todo o País (SATO, 1999).

Na maioria das cidades analisadas, o poder público municipal proíbe a entrada dos pneus nos aterros, eximindo-se da responsabilidade de coletar e armazenar adequadamente esses resíduos e contribuindo para a disposição ilegal em terrenos baldios, rios, etc. Esse fato também evidencia o descaso das autoridades em relação à saúde pública, pois os pneus proporcionam um ambiente adequado para a criação do mosquito transmissor da dengue e de outros vetores de doenças.

Utilização da borracha em Pavimentação Asfáltica

No Brasil foi aprovada, em 26 de agosto de 1999, resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, que institui a responsabilidade ao produtor e importador, pelo ciclo total da mercadoria. A partir de janeiro de 2002, fabricantes e importadoras de pneus serão obrigados a coletar e dar destinação final de forma ambientalmente correta para os produtos que colocam no mercado. Pela proposta, o IBAMA ficará responsável pela aplicação com base na Lei de Crimes Ambientais inicialmente, para cada quatro pneus novos fabricados, no Brasil, ou importados, os fabricantes e importadoras deverão reciclar/reutilizar um pneu inservível.

Muitos países têm desenvolvido legislação para direcionar seus departamentos de estradas de rodagem a investigar a possibilidade de utilização de materiais recicláveis em obras de pavimentação. O governo americano, em especial, tem incentivado a incorporação de borracha de pneus nas misturas asfálticas. Na maioria dos Estados americanos, por exemplo, existem leis ou regulamentações que afetam a disposição e a reutilização de pneus.

Incentivos Fiscais - A seção 1038 da Lei sobre a Eficiência do transporte Intermodal de Superfície de 1991 (Intermodal Surface Transportation Efficiency Act - ISTEA, 1991), que trata do "uso de material reciclado em pavimentação visando a proteção ambiental", estabelece a utilização de um percentual mínimo de borracha reciclada nas misturas asfálticas (em relação ao total produzido), tendo aumentado de 5% em 1994 até 20% em 1997, e assim se mantido nos anos seguintes. A lei garante incentivos fiscais aos Estados que utilizam bor-

racha de pneus nas misturas asfálticas e prevê punições aos estados que não a obedecerem.

A adição de borracha triturada em misturas betuminosas - além de minimizar os problemas de disposições de pneus em aterros sanitários e, principalmente, de queima ou disposição em locais inadequados - pode também melhorar o desempenho dos pavimentos, retardando o aparecimento de trincas, selando as já existentes e aumentando a impermeabilização proporcionada pelos revestimentos asfálticos.”

Essa pesquisa da USP mostra a situação da reciclagem de pneus no Estado de São Paulo e a necessidade de todos os Estados da Federação adotarem políticas de reciclagens de pneus, preservando o meio ambiente e a saúde da população.

PROJETO DE LEI Nº 134/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o artigo 1º da Lei nº 10940, de 28 de novembro de 1994, que declarou de Utilidade Pública a Associação para Menor - AMEN, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Gileade, com sede e foro no Município de São João do Triunfo”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.04.2004.

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto com o objetivo de alterar a redação da Lei nº 10940, de 28 de novembro de 1994, que declarou de Utilidade Pública a Associação para o Menor - AMEN, que através da decisão de sua Assembléia Geral, passou a denominar-se Associação Gileade.

Sendo assim, esperamos contar com apoio dos nobres Pares para aprovação do projeto de lei em tela.

PROJETO DE LEI Nº 135/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Instituição Semear, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.04.2004.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A Instituição Semear, com sede e foro na Cidade de Foz do Iguaçu, é uma entidade sem fins lucrativos, instituída com a finalidade de prestar assistência sem distinção social, raça ou credo, doando o básico para subsistência, tais como alimentos, roupas, calçados, prestando também a assistência médica, oferecendo assim melhores condições de vida à sociedade carente, outra forma de assistencialismo desenvolvido pela entidade é a realização de curso, ministérios e treinamentos.

A documentação anexa ao presente demonstra que a instituição preenche os requisitos exigidos pela Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, e demais dispositivos aplicáveis à matéria, merecendo portanto o apoio dos nobres Pares desta Casa à sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 136/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Casa Lar, com sede em Faxinal.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.04.2004.

(a) ANDRÉ VARGAS

JUSTIFICATIVA:

A Casa Lar de Faxinal é uma entidade civil, beneficente e filantrópica, sem fins lucrativos e de caráter espírita. Tem por objetivo principal internar, proteger, educar e instruir meninos e meninas, sem distinção de crença e nacionalidade.

São atendidas crianças de zero a oito anos de idade, em estado de pobreza, órfãos ou abandonados moral e/ou materialmente, que corram riscos eminentes de perversão e, ainda, crianças em situação de risco, abandonadas por aqueles sob cujo teto vivem.

PROJETO DE LEI Nº 137/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criado no Estado do Paraná o Programa de acompanhamento, aconselhamento da assistência integral às pessoas portadoras de traço faciforme e com anemia faciforme no Estado do Paraná, com a finalidade de controlar a propagação da síndrome e aconselhar e assistir os seus portadores, gratuitamente, na rede pública de saúde.

Art. 2º - O Programa assegurará:

I - exame diagnóstico de hemoglobinopatias, nas redes hospitalares e ambulatoriais da rede pública e privada;

II - cobertura vacinal completa, definida por especialistas, a todos os portadores da síndrome, inclusive àqueles que não constam da programação oficial, visando a prevenção de agravos;

III - fornecimento de toda a medicação necessária ao tratamento da síndrome seguindo os padrões da Organização Mundial da Saúde - OMS, sem que haja interrupção do tratamento;

IV - aconselhamento genético, com acesso a todas informações técnicas e exames laboratoriais decorrentes, aos parceiros e parceiras de portadores da síndrome com maior probabilidade de risco;

V - acesso às atividades de planejamento familiar e a métodos contraceptivos para os casais em condições de risco;

VI - inclusão de informações e métodos de orientação, em toda a programação pré-natal, sobre os riscos e agravos que podem ser ocasionados pela anemia falciforme;

VII - acompanhamento especializado, durante a realização do pré-natal, à gestante portadora da síndrome, garantindo à assistência ao parto;

VIII - tratamento integral às gestantes que venham sofrer aborto incompleto durante a gestão, em decorrência da doença;

IV - assistência médica integral, aos portadores da síndrome, nas unidades médicas ambulatoriais especializadas da Rede Pública Estadual de Saúde.

Art. 3º - As áreas de controle epistemológico da Rede Pública Estadual de saúde desenvolverão um sistema de informação, através de cadastro específico, para realizar o acompanhamento das pessoas que apresentarem traço falciforme ou anemia falciforme.

Art. 4º - O Poder Público, por intermédio do órgão competente, promoverá seminários, cursos e treinamentos, com vistas à capacitação dos profissionais de saúde, em especial pediatrias obstetras, clínicos gerais, ginecologistas e hematologistas.

Parágrafo Único - O Poder Público promoverá intercâmbios e convênios com universidades, hospitais universitários e hemocentros, visando o desenvolvimento de pesquisas sobre o tema.

Art. 5º - Como parte integrante do Programa, serão implementadas ações educativas de prevenção, de caráter eventual e permanente, em que deverão constar:

I - campanhas educativas de massa;

II - elaboração de cadernos técnicos para profissionais da Rede Pública Estadual de Saúde e Educação;

III - elaboração de cartilhas e folhetos informativos para a população;

IV - campanhas específicas para as comunidades da ascendência negra;

V - campanhas específicas para adolescentes da rede escolar.

Art. 6º - Caberá ao Poder Executivo criar comissão destinada à implantação do programa, presidida pelo titular da área de saúde, com participação de técnicos e representantes de associações de portadores da síndrome.

Art. 7º - As despesas decorrentes da presente lei correrão do orçamento vigente.

Art. 8º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias da data de sua publicação.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.04.2004.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

Estima-se que milhões de brasileiros sejam portadores do traço falcêmico. A anemia falciforme é uma doença hereditária, tendo maior incidência entre as pessoas com descendência africana. No Brasil, a anemia falciforme é um problema de saúde pública e apresenta altos índices de mortalidade. A prevalência de portadores da doença na população afro-descendente é da ordem de 6% a 12%, enquanto que na população em geral esta prevalência é de 2%.

Triagens no pré-natal demonstram que 30 (trinta), em cada 1.000 (mil) gestante, são portadores do traço falcêmico. Segundo estimativa da Organização Mundial de Saúde (OMS), a cada ano nascem no Brasil cerca de 2.500 crianças falcêmicas, o que corresponde a 1 (uma) para cada 1.000 (mil) nascidas vivas.

Os impactos da anemia falciforme são especialmente significativos para a saúde da mulher negra. As mulheres em idade reprodutiva apresentam maiores riscos de abortamento e complicação no parto; em geral sua gravidez é de risco e com índice mais alto de natimortos.

Há mais de duas décadas a Organização Mundial de Saúde vem recomendando ao governo brasileiro que implemente um programa para a anemia falciforme. Somente em 1996 foi constituído um grupo de trabalho pelo Ministério da Saúde para elaborar uma política nacional para a anemia falciforme. Infelizmente a política pública de saúde para enfrentá-la, considerada de boa qualidade pelos especialistas, ainda não conseguiu sair do papel.

O fato de o Brasil possuir mais de 77 milhões de afro-descendentes, segundo o IBGE - censo do ano 2.000 - é razão mais do que suficiente para que seja implantada uma política de caráter nacional com atenção à anemia falciforme.

O programa de anemia falciforme estabelece a oferta do diagnóstico neonatal a todas as crianças; a busca ativa de pessoas acometidas pela doença; a promoção do ingresso no programa de pessoas diagnosticadas; a ampliação do acesso aos serviços de diagnósticos e tratamento de boa qualidade; o estímulo à pesquisa e à capacitação de recursos humanos; a implantação de ações educativas.

Desta forma, cremos que a presente proposta merecerá o integral apoio dos membros desta Casa.

PROJETO DE LEI Nº 138/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica obrigado o uso de lacres higiênicos na parte de fora das latas e garrafas que contêm bebidas de toda espécie oferecidas ao consumo da população.

Parágrafo Único - O não cumprimento do *caput* deste artigo, por parte das empresas acarretará multa no valor de 10.000 UFIR's bem como o recolhimento das latas e garrafas.

Art. 2º - Ficam os fabricantes e fornecedores de bebidas obrigados a se adaptar às disposições desta lei, no prazo de 180 dias a contar da publicação.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.04.2004.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa a proteção da saúde dos consumidores de bebidas enlatadas e engarrafadas.

Tem-se conhecimento de grandes riscos, inclusive com perigo de morte, em virtude de contaminação de latas e garrafas, principalmente por leptospirose, doença contraída com a ingestão de bebidas armazenadas sem os devidos cuidados.

Como proceder a fiscalização eficiente da armazenagem destes produtos ou impedir que se beba diretamente da lata ou garrafa são diligências inviáveis, a colocação de lacre de proteção na embalagem do produto evitaria a contaminação, reduzindo riscos.

De acordo com a Constituição Federal, no seu artigo 24, VIII e XII, compete ao Estado, concorrentemente com a União legislar sobre a responsabilidade na defesa do consumidor, bem como em relação à proteção à saúde.

Face ao exposto, pedimos o apoio dos nobres Deputados desta Casa à nossa proposição.

PROJETO DE LEI Nº 139/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Artística de Produção Literária e promoção Cultural, com sede e foro no Município de Medianeira.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.04.2004.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A Associação Artística de Produção Literária e Promoção Cultural, com sede e foro no Município de Medianeira, entidade sem fins lucrativos, tem realizado maravilhoso serviço junto à coletividade de toda a região, buscando a prestação de medidas para promover a produção literária, promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente, passamos a palavra à Deputada Luciana Rafagnin.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

No uso desta tribuna, gostaria desde já, de justificar a minha ausência na Sessão de ontem, porque estive participando de uma audiência pública em Florianópolis, na Assembléia Legislativa, onde representamos esta Casa que tem o objetivo de discutir a feminilização da pobreza, ou seja, o empobrecimento feminino no nosso País.

Daí, Deputada Cida, é uma proposta, foi criada uma comissão externa da Câmara dos Deputados Federais, para fazer um estudo sobre o empobrecimento feminino no País.

Essa audiência de ontem teve por objetivo fazer um levantamento de como está o Estado do Paraná, Santa Catarina e o Rio Grande do Sul. Mas ela não encerrou-se aí. Na verdade é o início do debate, e até propusemos e estamos aguardando uma resposta, para que possamos fazer uma audiência aqui, no nosso Estado do Paraná, para que possamos aprofundar ainda mais os problemas que causam o empobrecimento feminino no nosso País. Isso, com certeza, depois vai ser levado para o relatório dessa Comissão Externa de Deputados Federais.

Também gostaria de comunicar a todos os Deputados, de uma maneira especial aos que fazem parte da Comissão Externa que foi criada para apurar, acompanhar os problemas causados pela estiagem, os problemas maiores que atingiram as regiões Sudoeste e Oeste do nosso Estado do Paraná, que no dia de amanhã devemos participar de um ato que, na verdade, já vem acontecendo; começou no dia de ontem, prossegue no dia de hoje, vai até amanhã, uma mobilização puxada pela FETRAFE Sul que são os agricultores que foram atingidos pela seca, que foram muito prejudicados pela estia-

gem. Estão fazendo algumas reivindicações tanto para o Governo do Estado, como para o Governo Federal.

Já houve algumas audiências a nível federal, já tivemos audiência aqui no Estado com o Vice-Governador; foram encaminhados os pedidos dos nossos agricultores, mas até agora não obtivemos uma resposta praticamente que dê resultado aos nossos agricultores. É bom se dizer que houve um avanço ainda maior por parte do Governo Lula, para contemplar as famílias que foram atingidas pela seca.

Mas também se diga aqui que não houve um entendimento geral, porque a proposta do Governo Federal, que as famílias que vão ser beneficiadas pelo Programa do Governo Federal, vão ser aquelas famílias que vão ter uma perda maior do que 50% na sua produção. E a proposta que a FETRAFE tem, que a ANSOP, que a CAMSOP, lá da região Sudoeste que a SISCLAFE, que as entidades na verdade ligadas à agricultura familiar têm é que sejam contempladas todas as famílias que tiveram uma perda superior a 30% na sua produção. E sabemos que são muitas as famílias. Esses dados estamos para receber na tarde de hoje.

Nós queremos e convidamos os deputados da Comissão para que possamos fazer parte, participar dessa mobilização que está acontecendo e conversar com mais agricultores. Tirar os dados da perda da região Sudoeste de uma maneira mais precisa, pois é a região que está mobilizada desde o dia de ontem. E possamos negociar com o Governo com dados mais concretos em mãos. É bom dizer que as entidades já estão negociando e já se teve um bom avanço. Que o Governo Federal possa contemplar as famílias que tiveram uma perda de 30% na produção.

Gostaria de dizer que na semana passada estava participando da inauguração da primeira casa do Programa de Habitação Rural. Foi no meu Município de Francisco Beltrão. Fiquei muito feliz, vendo um sonho sendo realizado. Não só meu, mas daquelas famílias que estão sendo beneficiadas. Foi o que sentimos a felicidade de uma família ao ver sua casa nova, que conseguimos construí-la com os recursos do Governo Federal. Foram 4500 reais que veio a fundo perdido. Foi 4500 reais o empréstimo e essa família terá seis anos para devolver com juros de 6% ao ano mais a TR. Uma proposta muito boa que nenhum agricultor teve. Foi um momento importante onde sentimos a emoção da família que estava sendo beneficiada. A felicidade de poder dizer que conseguiu construir sua casa e poderá morar com dignidade.

Aqui, no Paraná, logo o Governo do Estado deverá começar a construção das casas, também em parceria com o Governo Federal. Serão construídas mais mil casas. É um ganho muito importante das nossas entidades, mas de uma maneira especial dos nossos agricultores.

Muito obrigada!

O SR. NATÁLIO STICA (**Pela Ordem**)
Solicito verificação de quórum.

O SR. DURVAL AMARAL
Chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)
Solicito ao 1º Secretário que proceda à chamada nominal.

A SRA. 1ª SECRETARIA (**Cida Borghetti**)
(**Procede à chamada nominal**)

O SR. NEIVO BERALDIN
Parece-me que já há quórum suficiente, portanto, solicito a retirada da chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)
Solicito à nobre Deputada Cida Borghetti, que informe quantos deputados responderam à presença.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (**Cida Borghetti**)
Dezoito Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)
Ainda não há número para votação, mas para continuidade da Sessão existe número legal e vamos continuar com o Pequeno Expediente.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (**Pela Ordem**)
Sr. Presidente.
Apenas para constar a minha presença, pois no momento que fui chamado, não estava no Plenário.

O SR. NATÁLIO STICA (**Pela Ordem**)
Sr. Presidente.
Tenho que me retirar da Sessão, pois, agora, às 15h00, tem a entrega, pelo Governador do Projeto Povo, aqui em frente ao Palácio Iguaçu.
V. Exa. já está convocando uma Sessão para as 16h00?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)
Já está convocada, ontem nós já marcamos a Sessão para às 16h00. Temos em pauta apenas um item, que é aquela Mensagem Governamental nº 02/2004.

O SR. NATÁLIO STICA
Gostaria, então, de reforçar para que todos os Deputados pudessem estar às 16h00 para ter quórum de votação.
Peço licença para ir até a frente do Palácio e os Deputados que quiserem me acompanhar, também serão bem-vindos.

O SR. FRANCISCO BÜHRER (**Pela Ordem**)
Sr. Presidente.

Só gostaria que contasse minha presença nesta Casa de Leis, pois não pude responder naquele momento da chamada, já que estava atendendo a Imprensa.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente com a palavra o Deputado Barbosa Neto.

O SR. BARBOSA NETO

Senhor Presidente, Sras e Srs. Deputados.

Tenho procurado evitar subir a esta tribuna, nos últimos dias, mas, diante de tantas mentiras que estão sendo ditas na imprensa, principalmente até em nível nacional, nós pouco encontramos eco no sentido de rebater essas falácias. É por este motivo que venho aqui hoje, à tribuna.

Não tive oportunidade de acompanhar em rede nacional, pela TV Bandeirantes, a entrevista com o Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião de Mello e Silva, na noite de domingo, ao canal livre, onde o âncora Biravaldez e também o jornalista Carlos Nascimento ouviram aquilo que os seus ouvidos puderam aceitar. Mas, até mesmo por falta de informações, eles pouco questionaram as afirmações do Governador Roberto Requião. Quem estivesse fora do Paraná, Sr. Presidente, acabaria entendendo que nós vivemos no melhor Estado do Brasil, o que na verdade não condiz com a realidade.

O Governador Roberto Requião mentiu, quando disse, por exemplo, que as estradas do Paraná que não estão no sistema de concessão são verdadeiros “tapetes”. Este, inclusive, seria o termo utilizado pelo Governador.

Disse também, e vou ter até que aumentar o tom da minha voz, porque o retorno está pequeno aqui, Sr. Presidente, que o Porto de Paranaguá não possui nenhum tipo de prejuízo, que não existem filas dos caminhoneiros, que a soja, no valor de mais de um bilhão de reais de prejuízo, que mais de um milhão de toneladas desapareceram. Disse que nós vivemos uma verdadeira maravilha no Porto de Paranaguá. Disse inclusive que os ratos que foram mostrados aqui pelo Deputado Waldir Leite não existem! Inclusive, Sr. Antônio Anibelli, que vai ter a oportunidade de nos questionar sobre tudo isso, que nós estamos aqui no Paraná numa situação bastante favorável em relação a outros Estados brasileiros.

Mas, a Rede Globo de Televisão, no dia de ontem, aliás no “Bom dia Brasil” de hoje, se não me falha a memória, colocou por terra todas as sandices desbravadas como uma metralhadora giratória, costumeiramente como faz o Governador Roberto Requião no dia de hoje. Mostrou o prejuízo no Porto de Paranaguá; mostrou que nós estamos vivendo uma situação terrível, principalmente nas estradas onde não existe o pedágio e até mesmo nas estradas onde o pedágio existe. As obras foram paralisadas. Eu faço esse percurso de 380 quilômetros semanalmente, indo e voltando de Londrina, e vejo que as ondulações continuam, que as obras foram

paralisadas porque o Governador disse que iria acabar com o pedágio e as empresas não estão realizando até mesmo essas obras.

Apenas, para fechar tudo isso, vejo por exemplo, que a manchete principal de hoje da Folha de Londrina, destaca aqui: “De olho na estrada. Requião luta por pedágio na serra.”

(Passa a usar o Horário da Liderança do PDT)

Pasmem, senhoras e senhores, o Governador pede ao Ministério dos Transportes, que libere para o Paraná a concessão do trecho da BR-376, que liga Curitiba a Garuva, em Santa Catarina, que deve ser oferecida à iniciativa privada a partir de julho.

Será que aqueles que estão me ouvindo neste momento escutaram bem?

O Governador que disse que iria, no segundo dia do seu mandato no Palácio Iguaçu, acabar com o pedágio, está aqui admitindo que pretende convencer o Ministério dos Transportes a delegar ao Governo Estadual a concessão do trecho da BR-376! E ainda mais, segundo a assessoria do Palácio Iguaçu, o Governo Estadual pretende assumir a concessão para implantar o sistema do pedágio de manutenção, que dispensa a realização das obras de porte, mas que garante uma tarifa “acessível” aos usuários.

Quem ouvisse isso no Horário Eleitoral Gratuito, com certeza não votaria no Governador Roberto Requião! Nós estamos já há um ano e meio em que o Governador está ocupando o Palácio Iguaçu e o pedágio não acabou no Estado do Paraná! E, aliás, nós podemos até mesmo recordar quando do debate decisivo com o então candidato ao Governo, Álvaro Dias, o Governador até parecia-me entorpecido com seu olhos fixos, azuis, ao ser perguntado pelo repórter se iria acabar com o pedágio e ele disse: no segundo dia, no Palácio Iguaçu! E Álvaro Dias, com prudência, declarou com toda serenidade que faria um levantamento, procederia uma investigação, aí, sim, cancelaria a concessão, e o Estado assumiria esses trechos, mas o Governador, intempestivamente, frisou: “chega de conversa fiada, Álvaro! Eu acabo com o pedágio no segundo dia que estiver no Palácio Iguaçu!”

E hoje, dia 27 de abril, está aqui o Governador da mentira, dizendo que quer mais um trecho do Governo Federal para o Governo do Estado, para que possa implantar o pedágio de manutenção!

O Sr. Antonio Anibelli

V. Exa. permite-me um aparte, porque eu queria somente fazer uma ressalva a V. Exa. sobre os olhos azuis do Governador Requião.

O SR. BARBOSA NETO

A palavra está comigo, Deputado.

O senhor respeite, porque estou na tribuna e logo o senhor terá o seu aparte.

Por gentileza, gostaria que o senhor me respeitasse.

Eu gostaria de concluir aqui e perguntar, inclusive para o senhor, que já vou ter o prazer de conceder um aparte, se é verdade que todas as crianças carentes do Estado do Paraná estão tomando um litro de leite de graça.

Vou já passar a palavra ao senhor e também aproveito para perguntar se a luz de graça foi implantada para todas as famílias carentes do nosso Estado do Paraná.

Está concedido o aparte, Deputado.

O Sr. Antonio Anibelli

Deputado Barbosa Neto, eu o admiro e o respeito, porque o senhor é um dos Deputados mais votados deste Estado.

Agora, não sei o que lhe respondo! V. Exa. me concedeu o aparte e não sei se é sobre os olhos azuis do Requião que V. Exa. quer que eu responda, quais são as belezas do Álvaro Dias ou se é plástica ou se é alguma outra coisa - se é o leite das crianças, se é a água subsidiada ou se é o assunto que V. Exa. veio à tribuna falar, que é sobre a BR-376.

O SR. BARBOSA NETO

Deputado, quem está entrando na beleza aqui é o senhor!

Estou fazendo um pronunciamento que o povo do Paraná precisa ouvir, porque não é possível ouvirmos...

O Sr. Antonio Anibelli

V. Exa. tem a palavra: cassou o meu aparte ou não?

O SR. BARBOSA NETO

Já concedi, mas o senhor está tentando desviar o foco.

O Sr. Antonio Anibelli

V. Exa. falou dos olhos azuis.

O SR. BARBOSA NETO

É uma constatação. Está bem marcado no semblante das pessoas quando o Governador disse que acabaria com o pedágio, com os seus olhos fixos e de uma maneira entorpecida.

(Tumulto em Plenário)

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Eu solicito ao orador que está usando a tribuna, que conclua o seu pronunciamento em um minuto, porque o seu tempo está esgotado.

O SR. BARBOSA NETO

Quero ceder os apartes a todos, primeiro por ordem de pedido, o Deputado Ângelo Vanhoni.

O Sr. Ângelo Vanhoni

Obrigado, Deputado Barbosa Neto. Na verdade, para contribuir e apenas contraditar o ponto de vista daquilo que eu imagino que foi o debate no período eleitoral e, o qual nós acompanhamos esse um ano e quatro meses.

O Governo do Estado tem feito todo o esforço para que as tarifas do pedágio sejam diminuídas. Com esse intuito que o Governador cunhou uma frase durante a campanha eleitoral que o pedágio abaixa ou acaba.

O SR. BARBOSA NETO

Depois, temos gravações nas emissoras de rádio, ele disse que acabaria pessoalmente no segundo dia, desculpe-me, Deputado.

O Sr. Ângelo Vanhoni

Tudo bem, mas deixe eu explicitar o meu pensamento. V. Exa. tem toda a oportunidade de contraditá-lo, não recebê-lo, não acolhê-lo.

Mas, o objetivo do Governo do Estado percebendo que o pedágio financeiramente é caro para a economia do nosso Estado, reiteradamente, está engajado em uma luta para fazer a redução do pedágio. As medidas judiciais estão em curso. Uma das concessionárias já reduziu em 30% o pedágio no Estado do Paraná e, a solicitação do Governo do Estado em relação à BR-376 é exatamente para manutenção dentro daquela perspectiva que nós imaginamos qual deve ser o pedágio. O pedágio deve ser para a manutenção da estrada, sem buraco, com o seu acostamento em condições de ser utilizado pelos que utilizarem a estrada, e por todo o atendimento que for para ajudar os usuários.

Então, o objetivo da instalação do pedágio na BR-376, não é com tarifas altas que não são possíveis serem abarcadas pela população, mas é com uma tarifa de manutenção.

Por isso, nós acreditamos que nós vamos ter êxito muito grande na administração desse trecho da BR-376.

O SR. BARBOSA NETO

Eu agradeço o seu aparte, mas infelizmente não me convence. O Governador disse textualmente que iria acabar com o pedágio. Não disse que esse pedágio seria de manutenção e não disse que iria criar um novo pedágio, como criou na Rodovia do Xisto e, agora mais um, nessa concessão do Governo Federal que está sendo pretendida, também agora para que o Governo do Estado, possa assumir.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está esgotado o seu tempo. Por gentileza, eu gostaria de que o próximo aparte, que V. Exa. concedesse ao Deputado Jocelito, que fosse na próxima discussão.

Próximo orador inscrito, Deputado Tadeu Veneri.

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna, porque fizemos, na manhã de hoje, na reunião da CCJ, um debate a respeito de uma situação que nos deixa preocupados, porque sei que a maioria dos Deputados que estão aqui têm o objetivo e construir pontes, inclusive, entre o Governo e movimento sindical, entre o Governo e a população.

Nesse sentido, Deputado Dobrandino, surpreende-me um fato que hoje, o Deputado Bradock também teve a oportunidade de tomar conhecimento, junto com outros deputados da CCJ, que foi editada pela Secretaria da Educação, e como Presidente da Comissão de Educação, preocupa-me, porque ela refere à assinatura do Plano de Cargos, Carreiras e Salários, quando houve aquele evento do Palácio, e todos os secretários, sem exceção, inclusive o Ministro da Educação, falaram antes do que o Governador Roberto Requião e, obviamente, falaram no sentido positivo do Plano, com o qual nós concordamos. O Plano é bom! Fizemos, posteriormente, e eu me incluo entre aqueles que fizeram ressalvas com relação ao veto, que é um outro assunto a ser debatido.

Por que me surpreende, Srs. Deputados? Porque de uma forma que eu acho ser ilegal, houve, na edição um trecho da fala do professor Lemos, que é Presidente da APP, legitimamente eleito pela maioria dos professores, uma entidade que congrega, entre aposentados e funcionários da ativa, cerca de 100 mil pessoas, e este trecho é justamente aquele aonde ele diz que o plano é bom, que o plano é um plano esperado pelos professores durante nove anos, que foi trabalhado de comum acordo. Aliás, Deputado Marcos Isfer, só aparece nessa fita o professor Lemos e o senhor. O senhor, porque está atrás do professor Lemos!

Então, obviamente que foi só aquele trecho. Até aí acho que é uma opção, mas me preocupa, Deputado Vanhoni, nós que fazemos parte da Base Aliada, que esteja sendo feita a distribuição dessa fita em todas as escolas, com a recomendação expressa que seja passada para todos os professores, para que vejam qual era a posição do professor Lemos e qual é a posição agora.

Ora, nós viemos do movimento sindical - eu tive a oportunidade de compartilhar com o Deputado Ângelo Vanhoni por três anos a diretoria do Sindicato dos Bancários, - sabemos como que é feito o movimento: é feito de idas e vindas e negociações. Nós não podemos pegar o trecho de uma fala onde no momento nós continuamos dizendo que o plano é muito bom, fazemos o elogio, e depois pegar, como nós falamos ontem, Deputada Elza, esse mesmo trecho, e dizer para os professores - vejam a contradição - aqueles que diziam que o plano era bom, hoje criticam o veto! Então, estou trazendo esta preocupação, porque parece-me que não há autorização da pessoa que aparece nessa fita, por escrito, para que seja usada a sua imagem. Isto, obviamente, que incorre, em princípio, num processo ilegal, e nós não queremos isto.

Então, essas coisas que acontecem, não sei até onde a Secretaria tem conhecimento, e o Secretário Maurício Requião, que é uma pessoa extremamente séria, extremamente correta e tem buscado fazer e faz uma administração muito competente, sobre com isso ônus que nós não queríamos que viesse à Secretaria, mas que não podemos, por outro lado, fazer de conta que não estão acontecendo.

Junto com isso, nós temos duas situações, e eu falava com o Líder do Governo, que é do nosso Partido também...

(Término do Tempo)

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Concedo a V. Exa. mais um minuto, e se quiser usar o Horário da Liderança e o Grande Expediente, está reservado a V. Exa.

O SR. TADEU VENERI

Obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria de colocar duas situações, porque conversei com o Líder do Governo, Deputado Natálio Stica, que teve que se ausentar, sobre essas situações que acabam depois criando problemas para nós - há uma determinação, em princípio, Memorando nº 081/04, da Secretaria da Educação também, para que todas as grávidas em regime especial PSS tenham seus contratos imediatamente rescindidos.

Ora, obviamente que isso é ilegal! Isso foi levado ao Secretário e imediatamente o Ricardo Bezerra fez o processo contrário e acho que é uma atitude correta. Esse processo já não existe mais. Tanto que o Ricardo, no dia 19 de abril, mandou uma circular colocando que todos aqueles contratos efetuados que não atendam essa determinação que eu falei agora, permaneçam inalterados, o serviço está anulado, não há mais essa determinação e aqueles que anteriormente haviam sido feitos vão ser recontratados, mas são situações que criam, da mesma forma, problemas como esse que eu falei com o Deputado Ângelo Vanhoni há pouco tempo atrás, e que acabam nos deixando muitas vezes - estou falando aqui porque acho que o Secretário Maurício Requião não tem conhecimento de tudo o que acontece, nem pode ter - numa situação que junto com os professores, criando um constrangimento para todos e não criam condições para que nós achemos, sim, para outros, como esse problema do veto, uma solução política.

Quando acontecem situações como essas duas que eu relatei e mais aquela que alguns dos senhores sabem, que é o decreto da Saliba, Deputado Anibelli, e para surpresa nossa no Ofício Circular nº 109/2004 diz que: todos os professores, funcionários que concorrerem a Prefeito, Vice ou a outros cargos, a recondução dessas pessoas à função, em caso de licença para participar do pleito eleitoral, estará condicionado ao interesse e conveniência da administração. Não dá para ser assim. Ele tem mandato!

A Alcione Saliba de uma forma absolutamente ditatorial, no Governo do Sr. Jaime Lerner, fez esse decreto ora está sendo reportado a esta circular, que são as Resoluções nº 18249 e nº 20590, do ano de 1992 e do ano 2000, que os Deputados que eram da Oposição e hoje são da Situação lutaram muito contra ele. Não queremos que isso seja, em momento algum, lembrado, porque não me parece que seja esse o caminho.

E por último gostaria de fazer aqui um reparo. A entrevista dada pelo Governador Roberto Requião no domingo, tem sim, muitos pontos positivos. Não sou Líder do Governo, não tenho e nem pretendo ter aqui a autorização ou o pedido para que faça qualquer tipo de debate a respeito da entrevista do Governador, mas fico muito satisfeito quando vejo o Governador do meu Estado ir à TV e dizer que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra é, sim, um movimento legítimo. Um movimento que tem na sua essência a falta de empregos, a falta que temos de crescimento do nosso País. E em momento algum se furtou, embora os três repórteres o tempo todo estivessem procurando colocar ao Movimento Rural Sem-Terra uma condição de criminalidade. O Governador, em momento algum, furtou-se em dizer o que pensa.

Quero reiterar o meu apoio e a minha total concordância com aquilo que o Governador colocou quando do seu debate no domingo, na TV Bandeirantes, porque poucas pessoas falam fora e depois falam para o Brasil inteiro o que ele falou. Então, tenho o reconhecimento de que foi uma atitude coerente.

Precisamos disso em todos os setores.

Por isso mesmo estou vindo aqui, levantando os problemas que ocorrem. E acho que teremos soluções para esses problemas. Queremos as soluções. Mas, em momento algum, queremos buscar essas soluções sem que elas passem pelo debate.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está com a palavra o Sr. Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje eu não faria uso da palavra, mas em função do pronunciamento do Deputado Barbosa Neto, não poderia deixar de concordar com todas as palavras que Vossa Excelência falou.

Se V. Exa. não assistiu à entrevista do Governador Roberto Requião, eu fiz questão de assistir, e no transcorrer da entrevista fiquei surpreso, e discordo aqui do Deputado Veneri, que disse que o Governador foi muito feliz na sua entrevista. Ele vendeu a imagem, Deputado Elio Rusch, que estamos no Estado das mil maravilhas. Aqui não tem problemas no Porto.

A televisão mostrava as imagens e ele dizia que aqui não tinha nenhum problema. Perguntaram-lhe sobre nepotismo e ele enrolou e disse que uma parente sua tra-

balha como colaboradora. A esposa, ele enrolou também, mas todo mundo sabe que a sua esposa é funcionária do Estado do Paraná com o direito que lhe cabe de nomeá-la como aos demais parentes que estão empregados neste Estado do Paraná.

Fiquei aterrorizado ao ver o Governador Roberto Requião dizer, em uma rede de tamanha liberdade e de audiência no Brasil, que é a Bandeirantes, que todas as crianças do Paraná recebem um litro de leite! Meu Deus do céu!

Lá em Castro o programa não foi implantado ainda, é a maior bacia leiteira do mundo. Há cidades, na grande maioria do Paraná, que ainda não estão recebendo o leite! Fiquei apavorado.

Confesso que sempre acreditei mais no Requião, mas quando eu vi mentindo na televisão, em rede nacional, levei um susto! Eu não sabia que o Governador Requião, Deputado André Vargas, é mentiroso! Sempre tive respeito por ele. Sempre achei que ele era convicto, quando falava que era um homem que não escondia as coisas! Eu tinha uma admiração pelo Requião, mas caiu a máscara, do mandatário número um do Paraná. Ele mentiu descaradamente na televisão.

Eu vou trazer a esta Casa, amanhã, e vou transcrever toda a sua entrevista, para que, quem não assistiu, veja a máscara caindo.

Alguém fala em Álvaro Dias, Deputado Anibelli, que tenho o maior respeito possível. O próprio Requião fala que o Álvaro Dias é o Michael Jackson do Paraná - já vi o Requião fazer essa brincadeira. O Álvaro Dias, que foi Governador desse Paraná, para melhorar o visual, que é um direito que lhe cabe, como cidadão, como ser humano, que preza por sua vida e pelo seu corpo, e se fez, é um problema dele! A máscara do Álvaro Dias não é a máscara do Requião, que caiu, da mentira e calúnia, que ele fez na rede Bandeirantes, domingo à noite. O Álvaro Dias não mentiu! O Álvaro Dias não enganou o povo do Paraná, quando disse que se ganhasse a eleição iria acabar com o pedágio, no dia seguinte! O Álvaro Dias não fez o que o Sr. Requião prometeu que faria e não fez! Se alguém é Michael Jackson neste Paraná, é quem atribuiu o apelido. O Michael Jackson verdadeiro do Paraná, para mim, não é o Álvaro Dias, não, é o Sr. Requião de Mello e Silva, esse sim, é o novo Michael Jackson do Paraná, porque mentiu, é Pinóquio, É Pinóquio, porque mentiu! Foi a uma rede nacional, afrontou o jornalista, usando da técnica que ele tem de atacar as pessoas, antes de ouvir a resposta. O novo Michael Jackson do Paraná é o Sr. Roberto Requião, que mentiu ao povo brasileiro quando disse que dava leite para todas as crianças!

Se quiserem, eu trago amanhã, aqui, dois, três, quatro, dez, quinze ônibus de crianças que não estão recebendo leite, para mostrar ao povo que não é verdadeira essa informação.

Eu só gostaria de fazer esse registro na ficha da vida pública do Álvaro Dias, que quando o cara perde a eleição, tem muitas pessoas que esquecem do camarada.

Quando o cara perde a eleição, está morto, só falta sepultar, não se tem coragem de continuar junto com as pessoas! Isso para mim, não são verdadeiros políticos.

Nesse momento o Álvaro Dias, na sua vida, pode ter defeitos. Acho que um defeito ele teve, quando Governador: não tomou providências, quando teve aquele episódio com os professores. Mas não dá para falar que o Álvaro Dias roubou no Governo! Não dá para falar que o Álvaro Dias foi mau Governador - foi um Governador que construiu este Paraná, que respeitou os Prefeitos, que não os afrontou, foi um Governador que respeitou as entidades!

Eu até vi, certa vez na CCJ, o Presidente da APP dizer que no tempo do Álvaro Dias foi o melhor salário que os professores receberam! Está na Ata da APP, dita numa reunião da CCJ!

Então, Álvaro Dias tem os seus defeitos, mas como Governador, teve sempre um grande caráter: respeitar os companheiros, os Prefeitos, as Cidades, construir obras, não atacar as pessoas, e, principalmente, nunca roubou nada de ninguém e mandou dólar para fora do Brasil, por via indireta. Esse é o Álvaro Dias que não é o Michael Jackson!

Michael Jackson, Sr. Presidente, é esse que está aí, que mentiu para o Brasil, que mentiu na Rede Bandeirantes.

Que fique registrado este meu pronunciamento.
Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Horário das Lideranças, consulto a Liderança do PL, PSL.

(**Declinam**)

PPS. Concedo a palavra ao deputado Waldir Leite.

O SR. WALDIR LEITE

Sr. Presidente, nobres Deputados.

Como ouço falar de Paranaguá aqui nesta Assembleia Legislativa. Acho que nem na Câmara de Paranaguá fala-se tanto do Porto de Paranaguá! É sempre ouvindo o Porto de forma negativa, o que nos deixa bastante tristes. E o mais triste ainda, é quando vemos que não podemos respeitar a figura institucional do Governador, quando se vê que ele mente descaradamente na televisão, mente em público, mente nas rádios.

O que será que o Governador do Estado pensa que ele está fazendo com o Paraná? Será que pensa que a vida inteira dele vai conseguir ser consolidado na base da mentira? Será que o Paraná vai acreditar nas falcácias do Governador Requião, até quando?

Então, pensando nisso e sabendo da reportagem que aconteceu hoje na Rede Globo de Televisão, nós estamos vendo os grandes prejuízos que foram trazidos pela má gestão, pela má administração do Porto Público de Paranaguá.

Além disso, quando o Governo vem falar que o Porto de Paranaguá investe, eu fico a me perguntar: se o

Governador, depois de todos esses movimentos, resolve contratar dragagem, sabendo que o problema das dragagem já vem há quinze meses, por que essa demora? Qual é o interesse de contratação, em regime de emergência? Beneficia a quem na verdade? São coisas que não entendo muito!

Quando vejo o Governador falar de pavimentação das ruas de acesso do Porto de Paranaguá, obra essa que já foi anunciada na presença de diversos dos Deputados que estiveram no mês de novembro em Paranaguá, vemos que há mentira, que até hoje não foi feito nada! Muito pouca coisa se fez!

Então, não podemos ver o Governo do Estado chegando em Paranaguá, falando que vai ajudar as Santas Casas e quando vejo o que o Governo do Estado tem dado, pelo menos à Santa Casa de Paranaguá, que tenho acompanhado, ao invés de remédios, outras coisas que são úteis, ele distribui nove mil quilos de café! É realmente triste falar isso. É mais triste ainda, quando vejo que a Secretaria da Saúde também distribui leite, que falta dez dias para vencer! Realmente as coisas que o Governo tem falado na área da saúde, na área do Porto, é com muita tristeza, que falamos que são inverídicas.

Eu não sei o que é que o Governo do Estado pensa. O que é que Paranaguá tem para a Santa Casa receber nove mil quilos de café! Não entendo! Não entendo porque vai tanto café para os doentes! Não sei se café faz bem para alguns tipos de doenças em Paranaguá, no Paraná! Não sei se o leite que eles estão dando faltando dez dias para o vencimento, que estão dando para a Santa Casa, os bisturis do tipo mais caro que eles mandam para Paranaguá. E com essas e outras coisas erradas que eles fazem, eles vêm a público anunciar que estão ajudando com 50, 60 mil reais as Santas Casas de todo o Paraná. Vejo que alguma coisa de errado está acontecendo. Não gostaria de falar aqui que a figura do Governador está mentindo, mas, contra fatos, não há argumentos. E é com argumentos que falamos desta tribuna.

Temos que ter respeito ao Governo do Estado.

Então, peço para que todos os Deputados ajudem o Governador do Estado, conversarem mais com ele! Talvez sugerir-lhe que tire uma licença, porque ele está administrando o Paraná de modo perturbado! Quando o Governador está perturbado, o Paraná fica perturbado! E, a perturbação é tanta que, hoje mesmo na entrevista, de manhã, pudemos observar os prejuízos causados pela má gestão do Porto Público de Paranaguá.

Não queremos ver um Paraná perturbado. Temos que nos unir para conseguirmos ter um governo mais equilibrado, mais ajuizado, para que atenda os interesses do povo do Paraná. Temos que ser firmes e solidários ao Governo do Estado, porque todos queremos um Paraná equilibrado, bem administrado e atendendo bem o seu povo. Vamos parar de fazer um Governo de mentiras, porque, Governo de mentiras é Governo de papel. Qualquer chuva, trovoadas, vento ele cai. Não é isso que queremos para o povo do Paraná.

Esse é o meu apelo, que todos os Deputados procurem ser mais amigos do Governo, e sugiram que ele peça umas férias. Pode ser na Ilha das Cobras, pois lá já tem piscina e algumas benfeitorias feitas pelo Prefeito de Paranaguá... Talvez suas férias sirvam para que o Paraná volte e se encontrar e ser um estado equilibrado. Enfim, um agente fomentador da economia nacional, como sempre foi e algum tempo não vemos mais isso.

Torcemos para que tenhamos um Governador cada vez mais equilibrado. Esse é o nosso desejo!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Consulto às Lideranças do PSB, PTB, PP.

(**Declinam**).

No horário da Liderança do PFL, com a palavra o Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Estamos entrando nesta tarde, os Deputados da Oposição, com um Pedido de Informação aos Secretários da Educação e da Comunicação Social do Estado do Paraná, haja vista a distribuição de uma fita de vídeo, fazendo propaganda do Plano de Cargos e Salários dos Professores do Estado do Paraná, usando a imagem do professor Lemos, que, nas várias discussões travadas com o Governo do Estado, quando do envio da proposta faz menção à valorização da categoria obtida com esse Plano de Cargos e Salários e isso maldosamente está sendo usado contra a APP Sindicato por esse Governo. Maldosamente, por quê?

Após as inúmeras discussões que foram travadas entre o Sindicato, a APP e o Governo do Estado, houve mudança substancial na proposta. O pagamento deveria ser inicialmente feito a partir de novembro, o anúncio público foi feito, depois a votação aconteceria em dezembro, na Assembléia Legislativa, o Governo do Estado chegou a afirmar que, efetivamente, em janeiro os Deputados deveriam vir votar sem o pagamento de jetons essa proposta, porque os professores precisariam receber, imediatamente. Votamos em fevereiro, “a toque de caixa”, porque deveria ser, inclusive, retroativa a fevereiro a implementação do Plano de Cargos e Salários. Posteriormente o Governo, uma tremenda trapalhada, evidenciando um desconhecimento profundo sobre os números e sobre a realidade financeira do próprio Estado, recuou, vetou o Artigo 47 da Lei, e agora, efetivamente, faz uma propaganda contra a APP, tentando desmoralizar o Presidente dessa entidade.

Por isso mesmo nós queremos saber quem autorizou a reprodução da referida fita de áudio e vídeo; qual a empresa que editou o material distribuído, qual o custo do trabalho e da distribuição da fita.

A divulgação da imagem e do áudio do professor José Lemos, Presidente da APP Sindicato foi devidamente autorizado? Se foi autorizado, retiro, inclusive,

este meu pronunciamento, e retiro este pedido de informação, mas, ao que me consta há o uso indevido da sua imagem, que tem que ser preservado e não pode ser desmoralizado perante os demais professores do Estado do Paraná.

Mais ainda, nós levantamos aqui na tribuna desta Assembléia Legislativa, no dia 06 de abril de 2004 uma Questão de ordem por escrito, com relação à Proposição de Veto nº 35/2004, relativa aos efeitos retroativos do Plano de Cargos e Salários dos professores deste Estado, recebido em 15 de março último e cujo prazo para apreciação nesta Assembléia Legislativa expiraria no dia 14 deste mês. Efetivamente esse veto seria incluído na Ordem do Dia.

O nobre Presidente desta Casa, Deputado Hermas Brandão, ao qual tenho o maior respeito e admiração, respondeu a minha Questão de Ordem afirmando o seguinte: “vou fazer um apelo à Comissão de Constituição e Justiça”.

Nas últimas duas sessões marcadas não houve quórum, mas mesmo que não tenha passado pela Comissão de Constituição e Justiça, vamos cumprir o prazo até o dia 15 próximo e que, efetivamente, não poderia ser de outra forma vindo do nosso Presidente Hermas Brandão, guardião da Constituição e guardião do Regimento Interno desta Casa, que muito orgulho nos dá, não só a mim, mas a todos os Parlamentares.

Vejam bem, o que diz a Constituição Estadual, artigo 71, parágrafo 4º: “O veto será apreciado em Sessão Única, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados, em escrutínio secreto”.

Parágrafo 6º da Constituição Estadual do artigo 71: “Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no parágrafo 4º, que não flui durante o recesso parlamentar, o veto será colocado na Ordem do Dia da Sessão imediata, suspendendo-se as demais proposições até a sua votação final”.

O Presidente da Assembléia Legislativa, já respondeu a minha questão de ordem.

O parágrafo 6º, quando fala “suspendendo-se as demais proposições”, fala interpretando-se o que diz a Constituição: “Fica obstruída a Ordem do Dia. Nada mais poderá ser votado enquanto o veto não vier ao Plenário”.

Efetivamente, o artigo 215 do Regimento Interno, parágrafo 3º: “Esgotado, sem deliberação o prazo estabelecido no parágrafo anterior que não flui durante o recesso parlamentar, o veto será colocado na Ordem do Dia da sessão imediata sobrestadas as demais proposições até a sua votação final”.

Parágrafo 1º do mesmo artigo 215: “Com parecer ou sem ele, se a Comissão não apresentar, dentro de dez dias, será o projeto vetado incluído na Ordem do Dia.

Dez dias, não resta mais prazo à CCJ! Não resta mais prazo ao Plenário da Assembléia Legislativa!

A ordem é obstrução da Ordem do Dia!

A Oposição não aceita votar a Ordem do Dia da Sessão de hoje! Não aceita a convocação de Sessão Extraordinária! A Oposição obstrui formalmente toda e qualquer votação na Assembléia Legislativa a partir desta tarde, e espera, nobre Presidente, que V. Exa. que já respondeu a questão de ordem, nem vou reiterá-lo determine a inclusão na Ordem do Dia, do veto, sem os pareceres das Comissões, porque estão todos esses pareceres já prejudicados.

E, efetivamente, vamos respeitar o instrumento que tem a minoria que é o instrumento da lei, que é o instrumento do Regimento Interno, que é o instrumento da Constituição Federal e da Constituição Estadual.

Alguém poderia assim perguntar: mas, por que no passado não foi usado o expediente da obstrução? Por que, no passado, ficaram-se tantos anos sem a apreciação de vetos na Assembléia Legislativa? O passado não importa, porque o direito não socorre a quem dorme. Nós estamos fazendo valer o Regimento Interno da Assembléia Legislativa! Estamos fazendo valer a Constituição Estadual! E esperamos que os professores do Estado do Paraná possam ter a votação desse veto na tarde de hoje, ou o mais tardar, que saia amanhã, porque não se trata de apenas dois dias para que o Plano de Cargos e Salários possa entrar em vigor. Trata-se na reposição do mês de fevereiro, do mês de março, do mês de abril e do mês de maio, do efetivo retroativo, onde muitos professores comprometeram inclusive os seus salários, os seus vencimentos.

Por isso, Presidente Hermas Brandão, conclamo ao seu alto espírito democrático, à sua postura de grande estadista e Presidente da Assembléia que é, para que o direito da minoria seja respeitado, para que os professores do Estado do Paraná possam ser na Assembléia Legislativa, como vai posicionar o Parlamento do nosso Estado.

Muito obrigado pela compreensão.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

V. Exa. nem levantou a questão de ordem, mas, como Presidente desta Casa, sinto-me na obrigação de responder a V. Exa. e aos demais Parlamentares, até pela forma gentil e respeitosa que V. Exa. me trata.

Ouvindo atentamente, confesso-lhe, Deputado, que regimentalmente V. Exa. tem toda razão, mas, infelizmente, aqui na Casa, algumas vezes nós deixamos de cumprir o nosso Regimento, e eu fiz um apelo aqui ao Deputado Anibelli, que é o Relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça, e ele assumiu um compromisso formal com esta Presidência de levar à discussão e dar o seu parecer favorável inclusive à análise do veto e a constitucionalidade, na próxima terça-feira.

Então, faria um apelo a V. Exa. no sentido que aguardássemos, e logo em seguida ao parecer do Deputado Anibelli e a votação na Comissão de Constituição e Justiça, nós incluiríamos na pauta imediatamente após essa reunião da CCJ.

O SR. DURVAL AMARAL

Sr. Presidente, não querendo contraditar com V. Exa., em hipótese alguma, acato e respeito sempre a sua decisão e, como bem disse V. Exa., não levantei sequer uma questão de ordem, até porque o senhor já havia respondido, mas, se fosse possível, Sr. Presidente, com todo o respeito que merece o Deputado Anibelli e até tivemos contradições e embates da CCJ, que são naturais e sempre ocorrem de uma forma muito respeitosa entre ele e eu, mas que ficasse anunciado por V. Exa. para terça-feira a apreciação desse veto e aí, efetivamente, nós saberemos respeitar e, como sempre, vamos continuar aplaudindo V. Exa., se pudermos fazer esse anúncio, até para que os professores do Paraná possam se mobilizar também.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Assumo o compromisso com V. Exa. de colocarmos na pauta logo após a análise da CCJ. E digo que anunciaremos isso com antecedência, já que pelas suas informações o senhor gostaria também de comunicar à APP, e a APP também fez um apelo à Presidência no sentido que fosse informado o dia da votação.

Nós faremos isso, com toda a certeza, e peço a compreensão de V. Exa.

Com a palavra, o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, eu faria um pronunciamento hoje, mas na verdade os ilustres colegas me tomaram o discurso. Eu faria aqui um relato de uma vida construída em cima da mentira, mas daí ouvi dois ou três Parlamentares entrarem em cima do meu discurso.

Então, vou deixar isso aqui para segunda-feira, até para que não fique cansativo, como é que uma pessoa pode construir a sua vida em cima da mentira! Então, voltarei a esse assunto na segunda-feira.

Mas, fiquei assustado quando ouvi o Deputado Tadeu Veneri falando da fita que está sendo encaminhada pelo Secretário da Educação a todos os professores do Paraná! Nós já conhecemos a história do Ferreirinha, que foi através de fita, e vejam os senhores, parece que eu estava antevendo o que iria acontecer! Não sei se V. Exas. estão lembrados quando chamei a atenção aqui do Presidente da APP-Sindicato, dizendo-lhe que ele estava sendo um servidor do Governador, que ele não estava sendo um defensor dos professores do Paraná, e pasmem os senhores, que só o Governador não honrou com a sua palavra quanto à questão do aumento dos professores e o professor Lemos, depois de tanto concordar com o Governador, está sendo atacado pelo Governador e pelo Secretário da Educação!

Ora! Se ontem o professor Lemos servia o Governador para ganhar as eleições, hoje, porque o professor Lemos volta à sua velha atividade, que é defender os interesses dos professores, não está mais dizendo amém ao Governo, está aí uma fita correndo o Paraná para natu-

ralmente levar os professores aquela velha máxima deste Governo: construir a sua história em cima de mentiras.

Então, voltarei a este assunto na segunda-feira, mas tenho que me solidarizar com o professor Lemos, que foi tão duro conosco, quando éramos Líder do Governo.

E eu alertava o professor Lemos: cuidado com a história do escorpião, porque ele vai te conversar e depois vai te ferrar e te matar. E está aí: o professor Lemos ajudou o Governador a passar esse um ano e meio, enganando os professores do Paraná, e depois desse tempo, quando viu que o professor Lemos perdeu a credibilidade junto aos professores, ele disse-lhe com essa fita: não esqueça, eu continuo sendo escorpião! Fez o professor Lemos a sua morte fatal, porque perdeu a credibilidade junto aos professores, não tem mais como defender a sua classe, porque o Governo fez com que ele caísse no descrédito.

Está aí aquela velha história do escorpião, que é usado novamente para este caso da morte súbita do professor Lemos, como Líder da Classe dos professores, por ter servido a um Governador que não sabe reconhecer o quanto ele foi benéfico para espichar o prazo do aumento dos professores.

Era isso, Sr. Presidente. Agradeço, porque não deixou o PSDB sem a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

PT, pela ordem, Deputado Tadeu Veneri.

O SR. TADEU VENERI

Só para registrar que se o professor Lemos tivesse perdido a credibilidade junto aos professores, como disse aqui o nosso Deputado, anteriormente, não teria conseguido em 48 horas, convocar os professores a ser atendido para uma greve que praticamente mobilizou 90% da categoria.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Sr. Presidente, como a questão de ordem do Deputado Tadeu Veneri é uma resposta ao meu pronunciamento, eu gostaria que V. Exa. tivesse o mesmo comportamento com este Parlamentar!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo o mesmo tempo, trinta segundos.

O SR. VALDIR ROSSONI

Com todo o respeito ao Deputado Tadeu, que é um lutador por essa causa, o entendimento desse problema não é o mesmo que o meu.

Eu não o obrigo a entender como eu entendo e, também não quero que ele entenda como eu estou entendendo.

Vou defender V. Exa. que tem esse entendimento até o final da sua vida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Com a palavra o Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Peço a palavra, porque há alguns mal entendidos que precisam ser esclarecidos.

O Deputado Leite, que é parnanguara, tem um carinho muito grande pela Cidade de Paranaguá, acompanha a administração do Porto da nossa cidade, também acompanha a gestão da Prefeitura. Quero dizer que eu também acompanho. Acho que o Deputado Leite trás algumas questões que não correspondem com a verdade.

Em primeiro lugar, no ano passado, o resultado das importações e das exportações do Estado do Paraná, pelo Porto de Paranaguá, na balança comercial do nosso Estado, resultou, perto de um bilhão de saldo positivo.

Na história do Paraná é o maior saldo de Balança Comercial, isto é, a dedução daquilo que nós importamos, verso aquilo que nos estamos exportando, é do Estado do Paraná. Uma contribuição significativa do nosso Estado, da nossa riqueza do agronegócio, da indústria, da Cidade Industrial de Curitiba, da Cidade de Londrina, das outras regiões, que trouxe um resultado benéfico não só para a receita do nosso Estado, mas para contribuir na balança comercial do nosso País.

O Porto de Paranaguá tem sido o canal principal para essas exportações, tanto no que diz respeito à carga geral, no que diz respeito aos produtos do agronegócio, ou seja, a exportação do farelo, da soja, do milho, de frigoríficos, e assim por diante.

O Porto de Paranaguá é um porto que está sem obra significativa, há mais de trinta anos. O último cais que teve alguma modificação foi o cais que teve aí recentemente única e exclusivamente do terminal de contêiner, que foi o único berço que foi feito. O restante dos berços, o restante do Porto de Paranaguá, continua tal como estava.

A administração do Porto tem um projeto que é a ampliação do cais do oeste, que facultará a atracação de perto de dois ou três navios, é hoje estimado, a licitação, na ordem de 160 milhões de reais. V. Exa. acompanhou qual a pendência do Governo do Estado do Paraná em cancelar a licitação que estava sendo pretendida pelo Governo Federal - havia um super-faturamento de perto de 100 milhões de reais naquela licitação.

Eu quero compreender que V. Exa., como é um homem honesto, como é um homem que defende a postura ética do administrador público, deve dar razão ao Eduardo Requião e deve dar razão ao Governador do Estado do Paraná, por ter cancelado aquela licitação, porque esta que está em vigor agora e que vai ser aberta, logo vai ser aberta, é na ordem de 160 milhões de reais! V. Exa. sabe disto.

Então se os cofres públicos puderem economizar perto de 100 milhões de reais e o Governo Federal, V. Exa. vai concordar comigo.

A questão da dragagem, não sei como que o Deputado Leite não percebeu o problema da dragagem - havia um contrato, contrato feito em dólar, três firmas apenas no Brasil detêm o monopólio da dragagem dos portos brasileiros, V. Exa que conhece o problema dos portos sabe disto, essa foi uma portaria feita ainda no governo do Fernando Henrique Cardoso, dirigindo o monopólio de dragagem dos portos brasileiros única e exclusivamente a três empresas nacionais, o que nos parece que foi uma tentativa de consolidar o monopólio, no Estado do Paraná uma dessas empresas tinha um contrato em dólar, o Tribunal de Contas considerou que esse contrato, além de ilegal e inconstitucional, era lesivo à Administração do Porto de Paranaguá porque se tratava mais ou menos de um descaixe na ordem de quase 15 milhões de reais/ano do contrato com esta draga - diante desses pareceres todos a administração do Porto, da APPA, não teve outra atitude a não ser cancelar esse contrato e não vai aqui o meu julgamento de mérito a respeito se estava faltando a dragagem. É preciso fazer a manutenção permanentemente do Canal da Galheta e do acesso ao Porto de Paranaguá, nós sabemos disto, mas o desembarque e o embarque de qualquer produto no Porto de Paranaguá não foi comprometido pela questão da dragagem. É preciso ser corrigido? É preciso ser corrigido. O que o governo está tentando fazer? Está tentando, olha com dois milhões de dólares o Porto de Paranaguá compra uma draga, V. Exa. sabe disto.

Pergunto para o senhor - é melhor o Paraná ficar pagando sete milhões ou cinco milhões de dólares/ano para uma empresa ou a gente investir três milhões e comprar uma draga e ficar com essa draga à disposição do Porto de Paranaguá, poder fazer a dragagem no Porto de Itajaí, poder fazer a dragagem no Porto de Antonina, no Porto de São Francisco do Sul, seja por qualquer tipo de convênio. Parece-me, a lógica da boa administração, da lisura, da transparência, do interesse público, me parece que esta segunda opção é a mais correta.

Então, para explicar a V. Exa., parece que V. Exa. não entendeu muito em o que aconteceu em relação a draga, mas me parece que a intenção do governo e eu tenho certeza, é esta.

O Governador do Estado esteve em Brasília e esteve exatamente junto ao Ministério dos Transportes reivindicando junto do Ministério que anulem a portaria do antigo Ministro Eliseu Padilha, que concentrava a manutenção da dragagem dos portos brasileiros em apenas três empresas nacionais, isto é, o monopólio estava estabelecido, só essas empresas, e ninguém poderia fazer nenhuma dragagem em território brasileiro.

De resto, gostaria de dizer ao Deputado Valdir Rossoni, que a Educação do Paraná vai muito bem, depois de dez anos o Governo do PSDB e do PFL, que governaram o Estado durante oito anos, foi incapaz de sequer dar a hora-atividade para os professores no Paraná. Não sei se o senhor sabe o que é hora-atividade, mas é aquilo que a LDB, a Legislação da Educação

prevê, que os professores devem receber uma hora, duas horas, certo, para suas atividades do ponto de vista da sua formação, para que eles possam preparar as aulas, para que eles possam se capacitar do ponto de vista individual para poder ministrar melhor as aulas. A primeira medida do Governo do Estado, do PMDB, do qual vários partidos compõem a Base Aliada, a primeira medida do Secretário da Educação, Maurício Requião, foi dar a hora-atividade aos professores do Paraná, correspondendo a 20% de hora dada.

Além disso, o Governo do PSDB e do PFL deixou um projeto aqui na Assembléia Legislativa e V. Exa foi Líder do Governo, Deputado Durval Amaral também foi, deixou o projeto aqui nesta Casa sem sequer poder ser apreciado pelas Comissões! Nem pela Comissão de Educação, nem pela Comissão de Justiça, por nenhuma Comissão. Em um ano e quatro meses estamos realizando algo que os professores reclamam, que é um Plano de Cargos e Salários, está sendo reajustado o salário dos professores na ordem de 30%, 40%, 50%, dos seus vencimentos de acordo com a tabela. Chega até a 112% dependendo da tabela. Aqueles que não tiveram nenhum aumento, aqueles que não tiveram nenhuma reclassificação nesses 8 anos, estão recebendo por parte do Governo do Estado, não apenas o Plano de Cargos e Salários, uma recomposição dos seus vencimentos. Sabe por que isso?

Porque no Governo do Requião, do PMDB, do PT, do PPS, para nós a Educação é prioridade, para nós os professores vão ser tratados com respeito, o que não aconteceu no Governo do PSDB e do PFL.

Daqui para frente vocês podem estar preparados, boas notícias virão, não somente para os professores, mas para a área da Saúde, para as demais áreas que precisam do papel do Governo para melhorar a vida dos paranaenses.

Muito obrigado.

O SR. WALDIR LEITE (Pela Ordem)

Deputado Ângelo Vanhoni, com todo respeito, parece que o senhor acredita no Governo Requião ou prega a mesma conversa que o Requião vem querendo enganar a população! Talvez o senhor não saiba que esses dados que o Governo fala e que o senhor transmitiu - aqui, estejam sendo contestados por diversos órgãos ligados a exportação e com dados bastante aprofundados! O que também não sei, é se o senhor conhece o relatório da ANTAK, que é um relatório feito por uma agência ligada ao Ministério dos Transportes, ligado ao Governo Lula! O senhor conhece o teor do relatório deles onde indica tantas irregularidades? Não sei se acredito no Governo Federal ou se acredito no que o senhor fala! Não sei em quem acreditar, porque o Governo Federal mente muito! Até porque, estamos esperando os 10 milhões de empregos que ele prometeu.

Com relação à dragagem, Deputado Vanhoni, com dois milhões o senhor não vai comprar nenhum nav-

iozinho, nem o iate que o Governador vai para a Ilha das Cobras, o senhor não compra com dois milhões de dólares. Dois milhões de dólares é o que se gastava com dragagem e que não se gasta mais! O que talvez o senhor não saiba é que os problemas com o contrato de dragagem começaram a acontecer depois que um certo cidadão foi até o Rio de Janeiro tentar comprar esse contrato, conhecido como Maurício Xavier.

Isso, dito pelo dono da empresa de dragagem Bandeirantes em depoimento que está nos Anais desta Casa.

O que talvez o senhor não saiba, é a questão do berço 213 que já fazem 14 meses que vem sendo apontado como problema, pelos exportadores, e que agora vai ser contratada uma empresa em regime de emergência por um preço muito superior ao preço de mercado.

Então acredito que o senhor vai ser um notável Prefeito, - caso venha a ser eleito - espero que o Senhor não esqueça esses dados e não tenha mania do Governador Requião, de contratar obras em regime de emergência, mesmo sabendo dos problemas com bastante antecedência.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Horário da Liderança, Deputado Dobrandino da Silva.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Esta Casa é uma Casa Democrática e aqui ouvimos as mais diversas opiniões. Tenho dito aqui reiteradas vezes e quero reiterar mais uma vez que respeitamos a democracia, que nos faculta isso, ouvir os mais diversos pronunciamentos que muitas vezes nos deixam perplexos.

O Deputado vem à tribuna, por exemplo, esbraveja chama o Governador de mentiroso, e perguntei para mim, será que o Deputado tem credencial para falar nesse tom? Acho que ele tem mesmo, Sr. Presidente!

Ele tem credencial! Se o Deputado vai à tribuna da Assembléia e propõe um Título de Cidadão Honorário para o Governador, ontem, hoje, vem à pé de Ponta Grossa à Curitiba; hoje, ele fala que caiu a máscara do Governador.

É claro, Deputada, que tenho que me conscientizar, que ele tem credencial para isso!

Nós que fazemos parte desse colegiado de Deputados, temos que respeitar a todos, mas não posso ficar calado diante de um discurso como esse, como se estivesse caindo a Casa do Estado.

Agora há pouco o Deputado perguntava, se o Deputado Vanhoni acreditava no Governo do Paraná. Digo a ele que acredito, a população do Paraná, também, através das pesquisas que estamos fazendo. A grande maioria entende e sabe que o Paraná está na mão de um Governador sério.

É claro que tem muita coisa para arrumar, que é o caso do Porto de Paranaguá, que não é de hoje, como diz o Deputado Vanhoni. Há cerca de vinte anos que não tem investimento no Porto. O Governador não pode consertar todos os desconsertos que houveram nesse Estado.

Vejo a perplexidade, ainda há pouco os Deputados se queixando, por esses dois ou três meses, para ser implantado o novo Plano de Cargos e Salários. E oito anos se passaram, os mesmos Deputados que defendiam o Governo, que massacraram os professores! Isso nos deixa perplexos! Isso nos deixa muitas vezes constrangidos, de ter que estar aqui na Casa ouvindo tudo isso. Claro a democracia, como eu disse, nos obriga a entender isso.

O nosso Presidente, que é um homem democrático, experiente, quer que todos os Deputados tenham a liberdade de falarem aquilo que pensam. Mas muitas vezes nos machuca. Nós, que temos postura de homem de uma pessoa, de um político correto, não deixar que a política derrube a máscara, neste Brasil, tenhamos que ouvir isso! Não posso ouvir calado!

Respeito os Deputados, todos, amigos pessoais, mas tenho que contestar, quando vejo que as coisas exageram. Entristece-me quando vejo a falta de postura, por exemplo. Acho que uma crítica é necessária e temos que compreender isso. Mas a demagogia nesta Casa não deveria existir.

Hoje, ao meio-dia, Sr. Presidente, ouvi uma entrevista do presidente da COPEL, Dr. Paulo Pimentel, que considero um dos grandes homens sérios deste Paraná; dizia que a COPEL, no último ano que antecedeu este Governo, deu 370 milhões de prejuízo. No ano passado a COPEL já teve 170 milhões de lucro! Quem vê os pronunciamentos na tribuna parece que a COPEL acabou

É nessa linha que tenho que vir na tribuna, para dizer que a minha consciência não pode ficar calada, ouvindo tudo isso. Disse muitas vezes ao meu amigo, Valdir Rossoni, que é um Deputado experiente e inteligente, que respeito muito. Tem discursos aqui, que têm que ser considerados, mas não devemos pecar por ficarmos calados; temos que vir aqui e darmos a nossa versão.

A polêmica das universidades, na qual o Governador foi alvo de denúncias e de críticas severas. Aposto a vocês irão elogiar a forma com que o Governo está agindo com as universidades, que é a forma sincera de fiscalizar, fazendo com que o dinheiro do povo seja bem aplicado.

Por isso não posso ficar calado diante do que nós precisamos aqui, vivenciamos cada dia. Eu, de acordo com o minha consciência, embora não seja Líder do Governo, e não é por eu ser amigo, admiro o nosso Governador, e aquilo que acho que é injusto, eu tenho que vir à tribuna e manifestar o meu pensamento.

Respeito todos os Deputados, só não posso admitir é os discursos demagógicos que falam uma coisa hoje e amanhã falam outra.

Muito obrigado!

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)

Peço a palavra neste momento, para anunciar o evento ocorrido ontem no Bar da Brahma em Curitiba, onde o jornalista Fábio Campana fez o lançamento do seu livro “Todo Sangue”.

Sabemos da sua vocação literária e exemplar profissional na área de comunicação como jornalista. Devemos enaltecer essa obra que ele compartilha com o povo do Paraná e do Brasil.

E queremos ainda dizer que, pelo alto grau e pela demonstração de cultura e conhecimento literário que tem o nobre jornalista, deve inspirar-se para novas obras e que Deus lhe dê saúde e inteligência para que isso aconteça.

Muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem)

O Deputado Dobrandino acabou de fazer uma citação e ela saiu em minha direção.

Gostaria apenas de dizer a esse eminente ex-Prefeito, Deputado e grande Parlamentar desta Casa, Presidente do PMDB: Deputado Dobrandino, amanhã farei questão de trazer a V. Exa. uma cópia da íntegra do programa que o Governador Roberto Requião participou no Canal Livre, na TV Bandeirantes, oportunidade que V. Exa. poderá ver quem na verdade é demagogo: V. Exa. poderá ler, vou transcrever a fita e V. Exa. poderá, aí, sim, dizer quem realmente é demagogo neste Estado do Paraná! O senhor pode ter absoluta certeza que, após ler amanhã as cópias que vou transcrever do Canal Livre, V. Exa. vai ver quem realmente mentiu ao povo do Brasil!

Amanhã estarei trazendo a esta Casa a cópia, para que todos os Deputados que viram ou não viram, possam ver quem realmente é o Pinóquio do Paraná hoje.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo a palavra ao Deputado Natálio Stica, Liderança da Oposição.

O SR. NATÁLIO STICA

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há um ditado que diz que “enquanto os cães ladram a caravana passa”. Não quero que esse ditado acabe vindo para esta Casa, em nome de tanta barbaridade que ouvimos aqui.

Parece-me que há uma vontade ferrenha de buscar todo o tipo de acusação, de buscar todo tipo até de eventuais falhas, para tentar, todos os dias, numa manifestação orquestrada, dizer que o Governo do Estado do Paraná não está trabalhando em defesa do povo para-naense.

Acabo de vir aqui do Palácio Iguaçu, onde foi relançado, porque já foi um projeto de 1993 do então Governador Roberto Requião, do Projeto Povo, que visa levar o policial num contato direto com a população das Cidades do Paraná, iniciando, aqui por Curitiba, um projeto, sem sombra de dúvida, num momento em que o País passa por um descontrole quase generalizado na Segurança, aqui no Paraná estamos dando a tranqüilidade à população. Uma mãe pode dormir sabendo que seus filhos estão vindo da escola e chegarão em casa. Um projeto simples, mas com seriedade, e uma demonstração absoluta de ter o controle da segurança.

Hoje pela manhã vim do Chapinhal, região pobre da região Sul de Curitiba, onde aconteceu mais um lançamento da Campanha Tarifa Social da Água. Água que terá a garantia de chegar em todos os lares do Paraná, daqui para frente. Água, que é tema da Campanha da Fraternidade.

Não participei do Programa do Leite, mas alguns Deputados participaram, no interior do Estado. Esses Programas, com certeza, acabam mostrando que este Governo está, sim, empenhado em fazer um governo com seriedade, com transparência e voltado, principalmente, para o lado social. Um Governo que tem ajudado e muito para diminuir a exclusão social que existe em nosso Estado, e em todo o Brasil.

Portanto, ouvir aqui que vão trazer palavras demagógicas do Governo Roberto Requião, ouvir aqui que o Governo Roberto Requião desafiou esse ou aquele jornalista, o Governador tem feito um governo aberto, transparente e, acima de tudo, um Governo de coragem. Enfrentou e está enfrentando aqueles que estavam tendo lucro fácil no Porto de Paranaguá! Enfrentou e está enfrentando aqueles que estavam ficando milionários à custa de dragagem daquele canal, que é passagem dos navios e nosso Porto!

Portanto, não tenho dúvida que os erros que temos no nosso Governo, são menores que os acertos, porque é um Governo que está imbuído na recuperação do Paraná, um Governo que pegou o Estado com uma dívida monstruosa!

Nos próximos dias trarei aqui o Estado que pegamos, o Estado que vamos deixar para os futuros Governadores. Uma situação totalmente diferente, porque trata-se de um Governo ético, transparente, acima de tudo, corajoso.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Sr. Presidente, não voltaria a fazer uso da palavra, mas me obrigo.

Quanto a questão do Porto de Paranaguá, como Presidente da CPI do Porto, não quero nem responder as

palavras do Deputado Ângelo Vanhoni, porque ele não quis dar as informações corretas.

Vejam a questão da dragagem, não vou nem falar dos investimentos do Governo anterior. Vamos fazer que as empresas que estavam lá estavam ficando ricas com a dragagem. Tudo bem, suspendeu-se. E um ano e meio não deu tempo de contratar as empresas, agora, será contratado em estado de emergência, quer dizer, que barbaridade!

Deputado Vanhoni, gostaria de ter sua atenção, porque V. Exa., em voz professoral, perguntou aos Deputados de Oposição se nós sabíamos o que era hora-atividade! Quero dizer-lhe, com toda humildade, que eu e os demais Deputados de Oposição temos conhecimento do que é hora-atividade, para que V. Exa. não duvide da nossa capacidade.

Deputado Dobrandino, sabe do respeito que tenho por V. Exa., e quero dizer que vou procurar no “Aurélio”, hoje à noite, uma palavra que se encaixe para o momento que estamos vivendo e que nós não usemos essa palavra tão pesada que é a palavra “mentira”.

Gostaria de fazer algumas perguntas aos paranaenses: é verdade que todas as crianças pobres do Paraná recebem um litro de leite? É verdade que o Governo Requião criou 36 mil empresas no Paraná? É verdade que o Governo criou duzentos mil empregos?

Essas foram algumas afirmações feitas pelo ilustre Governador, no Programa da Bandeirantes. Quer dizer, quem está chamando a ira do povo paranaense?

Essa indignação dos Parlamentares de Oposição, Deputados de Situação, é a indignação do povo! Não é possível que um homem vá em rede nacional e fale esses absurdos: 36 mil indústrias, duzentos mil empregos!

Outra coisa que falou no programa é que todas as empresas que se instalem no interior do Paraná têm 48 meses de dilação de prazo! Tenho certeza absoluta que vou percorrer toda região Sul, e não vou achar uma empresa que se instalou na região com esse incentivo do Governo!

Então, meu caro Dobrandino, o seu pedido, para mim, é uma ordem. Quero que V. Exa. também não interprete como demagógicas as minhas palavras, mas acho que o senhor, com a experiência que tem, teria que ter uma conversa com o ilustre Governador Roberto Requião, e dizer-lhe que o tempo das eleições passou, chegou o momento de governar o Paraná em cima da verdade, em cima da realidade, em cima dos acontecimentos, porque senão o povo paranaense vai dizer que a Oposição nesta Casa é enganosa, que ela não ouviu o Governador, que ela não coloca a realidade do que ouvimos do Governador. Todo dia o Governador traz uma novidade faltando com a verdade.

O Sr. Durval Amaral

Concede um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Agradeço a V. Exa.

O senhor faz um pronunciamento brilhante em nome da verdade, e a verdade deve sempre prevalecer, Deputado Rossoni, e tenho certeza, que ela norteia não só V. Exa., mas norteia também os Parlamentares desta Casa e por que não dizer o Deputado Vanhoni, que quando fez essa provocação que compreendemos que é uma provocação até salutar no Parlamento, da questão hora-atividade, mas como salutar ela é, e sendo salutar ela tem resposta, eu poderia dizer, não com intuito de querer ensinar, porque não estamos aqui na “Escolinha do Professor Raimundo”, mas que até o ano de 94 os professores do Paraná que recebiam hora-atividade eram em número de sete mil e noventa professores, por amor à verdade e à precisão.

Quando o Governo anterior, Jaime Lerner saiu, deixou de ser Governador, já eram no Paraná quarenta e oito mil docentes recebendo hora-atividade.

Então, um número de quarenta e um mil professores a mais do que recebiam em 94. Isso está nos quadros da Secretaria da Educação. Isso é só para restabelecer a verdade porque eu, o senhor e o Deputado Vanhoni, todos nós somos amantes da verdade.

O SR. VALDIR ROSSONI

Agradeço o aparte, Deputado Durval. É importante que fique registrado nesta Casa que a hora-atividade não é uma criação do Governo atual, porque senão, daqui a pouco vão dizer que isso foi uma criatividade do Governador.

Estão aí as palavras do Deputado Durval: quarenta e um mil professores já recebiam hora-atividade; quando o Requião entregou para o Lerner, sete mil recebiam. E agora, contam isso como se fosse uma grande vitória.

Encerro aqui meu pronunciamento, mas quero deixar o meu abraço ao menino do som. Nem eu estou me ouvindo aqui para falar. Me desculpe a indelicadeza, mas não possível. Não tem quem agente, o Governador falando tudo isso que falam e ainda ter que aguentar um som desse aqui! Aí não há Oposição que agente, porque já estamos em meia dúzia! Mas, bravamente estamos aqui para restabelecer a verdade. Não vai ter canal livre, não vai ter nenhuma televisão. Não vamos ser convocados ou convidados para o Canal Livre, mas certamente estaremos aqui trazendo as contradições. E não é demagogia trazer aqui as verdades. O que nós dissemos aqui, nós provamos com documentos.

Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado André Vargas, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Carlos Simões, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme distribuição aos Srs. Deputados:

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 739/2003, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, que institui o “Dia Estadual da Inclusão Digital”, a ser comemorado no último sábado do mês de março. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 694/2003, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Manoel Henrique Pereira. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 106/2003, de autoria dos Deputados Dr. Luciano Ducci e André Vargas, que Regulamenta os Recursos Mínimos para o Financiamento da Saúde Pública e Define as Despesas em Ações e Serviços Públicos de Saúde. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CSP. (Publ. no DA nº 006/2003, de 17/03/2003).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 106/2003

P A R E C E R :

Submetem os nobres Deputados Doutor Luciano Ducci e André Vargas à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná o indigitado projeto de lei, sumulado nos seguintes termos: Regulamenta os Recursos Mínimos para o Financiamento da Saúde Pública e Define as Despesas em Ações e Serviços Públicos de Saúde.

Pragmaticamente, o que se pretende é destinar “para ações e serviços públicos de saúde o mínimo de 12% do orçamento anual do Estado do Paraná.

Segundo noticiou o Supremo Tribunal Federal, recentemente:

04/11/2003 - 20:29 - MP requer ao STF prestação de contas de Minas Gerais sobre recursos aplicados em saúde.

O Supremo Tribunal Federal recebeu uma Ação de Prestação de Contas (ACO 695) ajuizada pelo Ministério Público da União contra o Estado de Minas Gerais e a União. O MP quer que o Estado de Minas Gerais apresente as contas de recursos aplicados em saúde, nos termos da Emenda Constitucional nº 29/2000. No caso da União, a ação requer a apresentação de contas de Minas Gerais, considerando o Estado adimplente, ou não, e neste caso que justifique não ter adotado as sanções determinadas pela Emenda.

A Emenda Constitucional 29 vincula os recursos orçamentários da União, Estados, Distrito Federal e municípios a serem aplicados obrigatoriamente em ações e serviços de saúde. De acordo com a Emenda, desde 2000 todos os entes federativos são obrigados a aplicar em saúde 12% do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o artigo 155 da Constituição Federal, e dos recursos que tratam os artigos 157 e 159, inciso I, alínea “a”, e inciso II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos municípios.

O artigo 155 dá competência aos Estados e ao Distrito Federal de instituir impostos sobre transmissão de quaisquer bens ou direitos; operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação; e propriedade de veículos automotores.

O artigo 157 diz que pertencem aos Estados e ao Distrito Federal o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte sobre rendimentos pagos por eles, suas autarquias e fundações.

A alínea “a” inciso I do artigo 159 estabelece que a União entregará na forma de 21,5% do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados. Segundo o inciso II, a União entregará o produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados 10% aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.

Na ação, o Ministério Público Federal sustenta que os percentuais estabelecidos pela Emenda Constitucional são valores mínimos que devem ser aplicados até 2004. E admitiu que o Estado, caso não cumprisse o mínimo de 12%, elevasse anualmente o aporte em saúde, reduzindo a diferença existente em 2000 em pelo menos um quinto anual.

Salienta que há possibilidade de o Estado de Minas Gerais não estar cumprindo a Emenda constitucional, pois não existe registro de a União ter restringido, contido ou condicionado transferência de receitas repartidas com o Estado em virtude de não ter sido cumprido o percentual mínimo constitucional.

A Advocacia Geral da União (AGU) questiona a ação movida pelo Ministério Público Federal, pois, partindo de análise do texto constitucional, “pode-se depreender que a União não tem o dever de prestar contas que dizem respeito a outro ente da Federação”. Argumenta que o Estado de Minas Gerais tem autonomia de gestão, assim, como os outros, e portanto somente ele pode ser demandado a prestar tais contas.

Dispõe, textualmente, a Emenda Constitucional nº 029:

“EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 29

Altera os artigos 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição Federal e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do parágrafo 3º do artigo 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

...

Art. 7º - O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte artigo 77:

‘Art. 77 - Até o exercício financeiro de 2004, os recursos mínimos aplicados nas ações e serviços públicos de saúde serão equivalentes:’ (AC)

‘II 0 no caso dos Estados e do Distrito Federal, doze por cento, do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o artigo 155 e dos recursos de que tratam os artigos 157 e 159, inciso I, alínea a, e inciso II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios; e’ (AC)

....

‘Art. 8º - Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de setembro de 2000.”

Sendo assim, não padece de vício de inconstitucionalidade a proposição sob exame que, na realidade, harmoniza-se perfeitamente com o Texto Constitucional.

A propósito, estabelece a Constituição do Estado do Paraná.

“Seção III

Da Responsabilidade do Governador

Art. 88 - São crimes de responsabilidade os atos do Governador que atentarem contra a Constituição Federal, a Constituição do Estado e, especialmente:

...

IV - a lei orçamentária;

...

VII - o cumprimento das lei e das decisões judiciais.”

Sendo assim, considerando que a louvável proposição de autoria dos nobres Deputados Estaduais, Dr. Luciano Ducci e André Vargas, objetiva exatamente assegurar a supremacia e a eficácia da Constituição Federal, o parecer submetido ao referendo dos demais nobres colegas, é favorável à tramitação do devido processo legislativo.

Sala das Comissões, em 02.12.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DELEGADO BRADOCK - Relator

**COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 106/2003**

P A R E C E R :

O presente plano de lei é de autoria dos Deputados Dr. Luciano Ducci e André Vargas, tem por objetivo regulamentar os recursos mínimos para o financiamento da Saúde Pública e define as despesas em ações e serviços públicos de saúde.

Tal proposição já foi analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça que exarou parecer favorável.

Esta Comissão de Finanças chamada a opinar, conforme preceitua o parágrafo 3º, do artigo 3º do Regimento Interno, verificou que o projeto em questão consulta aos interesses da comunidade.

Pelo exposto, nosso parecer é favorável ao projeto em tela, opinando-se pelo seu encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.12.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

CIDA BORGHETTI - Relatora

**COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 106/2003**

P A R E C E R :

O presente projeto de lei complementar, de autoria dos Deputados Dr. Luciano Ducci e André Vargas, tem por objetivo regulamentar os recursos mínimos para o financiamento da Saúde Pública e define as despesas em ações e serviços públicos de saúde.

Tal proposição visa destinar o percentual de 12% do orçamento anual do Estado para as ações e serviços públicos de saúde.

A Comissão de Constituição e Justiça e a Comissão de Finanças exararam parecer favorável ao projeto de lei em tela.

Pretende-se, através do projeto de lei em análise, destinar 12% do orçamento anual do Estado, em despesas com ações e serviços de saúde pública as relativas à promoção, proteção, recuperação e reabilitação de saúde, conforme os casos específicos nos incisos do artigo 3º.

Proibindo os gastos com aposentadorias e pensões com inativos, assistência à saúde de clientela fechadas, merenda escolas, saneamento básico realizado por órgãos da administração indireta, limpeza urbana e remoção de resíduos sólidos, preservação e correção do meio ambiente, realizados por órgãos do estado, relacionados ao meio ambiente e ações de assistência social não vinculada diretamente à execução das ações e serviços referidos no artigo 3º e não promovidos pelos órgãos de saúde do SUS.

Tal proposição comunga com os interesses da coletividade, ampliando a aplicação de recursos na área específica da saúde, conforme determina a Emenda Constitucional nº 029/2000, razão pela qual pugnamos pela sua aprovação.

Diante do exposto, a Comissão de Saúde Pública apresenta parecer favorável ao presente projeto de lei

complementar.

Sala das Comissões, em 19.03.2004.

(aa) DR. LUCIANO DUCCI- Presidente
PADRE PAULO CAMPOS - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 647, de autoria do Sr. Deputado Dr. Luciano Ducci, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões, do Projeto de Lei Complementar nº 106/2003, após a aprovação em 1ª discussão.

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 252/2003, de autoria do Deputado Dr. Luciano Ducci, que estabelece normas e critérios para clínicas, consultórios e estabelecimentos de estética que utilizam recursos de eletrotermofototerapia. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. (Publ. no DA nº 031/2003, de 12/05/2003).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 252/2003

P A R E C E R :

Relatório

O Projeto de Lei nº 252/2003, de iniciativa do Exmo. Sr. Deputado Estadual, Dr. Luciano Ducci, que estabelece normas e critérios para clínicas, consultórios e estabelecimentos de estética que utilizam recursos de eletrotermofototerapia.

Fundamentação

Diante da síntese supra e chamada esta Comissão a manifestar-se de acordo com o artigo 128, parágrafo 4º do Regimento Interno desta Casa de Leis, conclui-se que o presente projeto de lei tem por finalidade obrigar as clínicas, consultórios e estabelecimentos de estética que utilizam recursos de eletrotermofototerapia, a manter um profissional fisioterapeuta e/ou médico em duas dependências, trazendo em seu bojo os critérios a serem seguidos.

Da análise técnico-jurídico não se vislumbra inconstitucionalidades na proposta apresentada, ao contrário sendo, a Constituição Estadual no seu artigo 168, bem como no artigo 198 da Constituição Federal, dispõe que cabe ao Poder Público dispor sobre a sua regulamentação, através de lei, conforme pretende o presente projeto de lei.

Conclusão

Diante do exposto, não havendo óbice constitucional em prosseguir, esta Comissão apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei nº 252/2003, porém, sugerimos que o nobre Deputado Estadual Dr. Luciano Ducci promova uma audiência pública para ampla discussão e melhor exploração do assunto, tendo em vista que o tema interfere nas atividades de várias categorias profissionais.

Sala das Comissões, em 02.12.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 252/2003

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Dr. Luciano Ducci, estabelece normas e critérios para clínicas, consultórios e estabelecimentos de estética que utilizam recursos de eletrotermofototerapia.

Fundamentação

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto à legalidade e constitucionalidade da mesma. Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra-se méritos indiscutíveis no Projeto de Lei nº 252/2003, pois a proposta justifica-se com o fato da eletroterapia ser um recurso do profissional fisioterapeuta, já que este profissional tem, na sua formação todas as disciplinas que lhe preparam para a prática segura e eficiente desta terapia.

Conclusão

Sendo assim, apresentamos parecer favorável ao Projeto de Lei nº 252/2003, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 19.04.2004.

(aa) DR. LUCIANO DUCCI - Presidente

NELSON TURECK - Relator

A SRA. ELZA CORREIA (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, apenas para constar o meu voto contrário nos dois projetos anteriores, item 3 e item 4.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado o voto de V. Exa. contrário aos projetos.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 648, de autoria do Sr. Deputado Dr. Luciano Ducci, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei nº 252/2003, após a aprovação em 1ª discussão.

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 301/2003, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que estabelece requisitos para criação, autorização de funcionamento e abertura de novas vagas, avaliação e reconhecimento dos recursos de graduação na área médica, das instituições de educação superior integrantes do sistema estadual de Educação na forma que especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CECE E CSP. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CSP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 039/2003, de 27/05/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 301/2003

P A R E C E R :

I - Histórico

O Projeto de Lei nº 301/2003, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, estabelece requisitos para criação, autorização de funcionamento e abertura de novas vagas, avaliação e reconhecimento dos cursos de graduação na área médica, das instituições de educação superior integrantes do Sistema Estadual de Educação, na forma que especifica.

II - Fundamentação

O projeto não apresenta óbices de natureza legal ou constitucional.

Segundo a Constituição Federal em seu artigo 24, inciso IX, é competência concorrente dos Estados e da União legislar sobre educação, cultura, ensino e desporto, podendo o Estado legislar suplementarmente:

“Art. 24 - Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

Omissis.

IX - educação, cultura, ensino e desporto;”

Omissis.

§ 1º - No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais;

§ 2º - A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados;

§ 4º - A superveniência da lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996, dispendo sobre a matéria em seu artigo 9º, parágrafo 3º, complementou aduzindo:

“Art. 9º - A União incumbir-se-á de:

Omissis.

IX - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino.

§ 3º - As atribuições constantes do inciso IX poderão ser delegadas aos Estados e ao Distrito Federal, desde que mantenham instituições de educação superior.”

Desta forma, possui o Estado competência para legislar sobre a matéria, bem como a Assembléia Legislativa nos termos do artigo 53 da Constituição Estadual:

“Art. 53 - Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

Omissis.

X - criação, estruturação e definição de atribuições das Secretarias de Estado:

Omissis.

XVII - matéria de legislação concorrente da Constituição Federal.

III - Da Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação.

Sala das Comissões, em 19.09.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DR. LUCIANO DUCCI - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES PROJETO DE LEI Nº 301/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, tem por escopo estabelecer requisitos para criação, autorização de funcionamento e abertura de novas vagas, avaliação e reconhecimento dos cursos de graduação na área médica, das instituições de educação superior integrantes do Sistema de Educação na forma que especifica.

Quanto aos aspectos sobre o qual esse Parlamentar deve se manifestar, nada tem a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais, de acordo com o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

Diante desta situação, este Parlamentar manifesta-se de modo favorável em vista da constitucionalidade e oportunidade da matéria, seguindo o procedimento apropriado para tal intento.

Sala das Comissões, em 20.10.2003.

(aa) TADEU VENERI - Presidente

ALEXANDRE CURI - Relator

COMISSÃO PERMANENTE DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 301/2003

P A R E C E R :

Amparado pelos preceitos contidos no parágrafo único, do artigo 42, do Regimento Interno deste Poder Legislativo, esta Presidência, desta Comissão Permanente de Saúde Pública, avoca para si o direito de relatar o presente projeto de lei, de autoria do nobre Sr. Deputado José Maria Ferreira, que objetiva estabelecer requisitos para criação, autorização de funcionamento e abertura de novas vagas indicando também os meios para avaliação do reconhecimento dos cursos de graduação nas áreas de medicina, fisioterapia, odontologia e psicologia das instituições de ensino superior integrantes do Sistema Estadual de Educação, na forma em que especifica.

Procedida a análise, observada a competência manifesta pelo parágrafo 10, do artigo 33, do Regimento Interno, ressaltando o elevado espírito meritório da proposição, ao qual louva-se a iniciativa, conotamos a necessitada de interposição de emenda substitutiva geral ao texto, com o cunho extensivo, visando os efeitos da proposta às áreas profissionais biológicas de fisioterapia, odontologia e psicologia, além do âmbito da medicina.

Em sendo assim, esta Comissão Permanente de Saúde Pública, manifesta-se favoravelmente à proposição, opinando pela sua aprovação em Plenário, na forma do Substitutivo Geral em anexo, parte integrante do presente relato.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 19.04.2004.

(a) DR. LUCIANO DUCCI - Presidente e Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
SUBSTITUTIVO GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 301/2003

Art. 1º - Os processos de criação, autorização de funcionamento e abertura de novas vagas, acompanhamento, avaliação, reconhecimento dos cursos de graduação na área médica, das instituições de educação superior integrantes do Sistema Estadual de Educação, ficam subordinadas às disposições da presente lei.

Art. 2º - A solicitação de criação de cursos de graduação na área médica por universidades e demais instituições de educação superior, deverá ser encaminhada ao Conselho de Educação e ao Conselho Nacional de Saúde.

§ 1º - Na avaliação feita pelo Conselho Estadual de Educação, deverão ser consideradas as seguintes condições:

I - situação da entidade mantenedora da Instituição de Ensino;

II - estado das instalações físicas para o exercício de ensino superior;

III - a estrutura ofertada pelo curso;

IV - a qualidade dos recursos didático-pedagógicos e de sua manutenção.

§ 2º - Para atender o requisito de manutenção, a instituição de ensino responsável pela criação de curso de graduação na área médica deverá comprovar dotação orçamentária específica para sua completa implantação, bem como, formas de sustentação financeira, a médio e longo prazos.

Art. 3º - O Conselho Estadual de Educação deverá encaminhar a matéria ao Conselho Estadual de Saúde, para que se manifeste no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, sobre os aspectos de sua competência.

Art. 4º - Compete ao Conselho Estadual de Saúde com anuência prévia dos órgãos de classe representativos das áreas profissionais de Medicina, Fisioterapia, Odontologia e Psicologia, analisar e avaliar as solicitações de criação dos cursos que se refere a presente lei observando todos os seus aspectos correlatos, emitindo parecer conclusivo e terminativo, no prazo máximo de 90 dias, no que concerne à observância da necessidade social e requisitos indispensáveis estabelecidos, conjuntamente, pelas respectivas entidades de representação nacionais.

§ 1º - As entidades de representação profissional, no âmbito do Estado, mencionadas no *caput* deste artigo, deverão se pronunciar, no prazo máximo de 60 dias, sobre a necessidade social e o preenchimento ou não dos requisitos indispensáveis para a criação, implantação, aumento ou redução de vagas e suspensão ou manutenção dos cursos.

§ 2º - O pronunciamento devidamente fundamentado das entidades referidas neste artigo, será tido como de considerável relevância.

Art. 5º - As análises constantes do artigo anterior, no que diz respeito à necessidade social, deverá levar em conta os seguintes critérios:

I - a relação entre o número de profissionais devidamente registrados nos órgãos de representação de cada classe referida nesta lei e o número de habitantes do Estado do Paraná;

II - a relação entre a taxa de crescimento anual da população e a de profissionais;

III - o número de faculdades e vagas nos respectivos cursos.

Art. 6º - As instituições que tiverem seus projetos de criação de curso aprovados e aquelas que estiverem em funcionamento serão objeto de avaliação permanente pelos Conselhos Estadual de Educação e de Saúde, os quais não dispensarão, para tanto, a colaboração das entidades médicas especificadas no artigo 4º, tendo em vista o objetivo comum de ver assegurada a qualidade do ensino e a efetiva implantação do que houver sido proposto.

§ 1º - Identificadas deficiências de ensino e/ou irregularidades no processo de avaliação, às instituições responsáveis será concedido o prazo de um ano para que as mesmas sejam sanadas.

§ 2º - Esgotado o prazo constante no parágrafo anterior e não sanado os vícios facultado às entidades de representação profissional através de parecer fundamentado, suspender temporariamente ou indicar a desativação dos cursos autorizados.

§ 3º - O reconhecimento do curso ficará condicionado aos resultados da avaliação prevista neste artigo.

Art. 7º- Respeitado o princípio da cooperação entre os entes federativos, o Conselho Estadual de Educação e o Conselho Estadual de Saúde manifestar-se-ão previamente junto aos Conselhos Nacionais de Educação e de Saúde, sempre que houver a intenção de instituições de educação superior, vinculadas ao Sistema Federal da Educação, instalarem cursos na área da saúde, no âmbito do Estado do Paraná.

Art. 8º - Esta lei será regulamentada no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar de sua publicação, ouvidos os Conselhos Estaduais de Educação e Saúde, com manifestação perante estes, dos órgãos de representação dos profissionais de Medicina, Fisioterapia, Odontologia e Psicologia.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das COMISSÕES, em 19.04.2004.

(a) DR. LUCIANO DUCCI - Presidente e Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 474/2003, de autoria do Deputado Chico Noroeste, que declara de Utilidade Pública a Assistência Social Bom Samaritano - ASBOMS, com sede e foro no município de São Miguel do Iguaçu. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 062/2003, de 20.08.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 474/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Chico Noroeste, declara de Utilidade Pública a Assistência Social Bom Samaritano, com sede e foro no Município de São Miguel do Iguaçu.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.598/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.04.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

JOCELITO CANTO - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 016/2004, de autoria do Deputado Barbosa Neto, que declara de Utilidade Pública o Centro de Educação Infantil Tia Lana, com sede e foro no município de Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 002/2004, de 17.02.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 016/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Barbosa Neto, declara de Utilidade Pública o Centro de Educação Infantil Tia Lana, com sede e foro no Município de Londrina.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.598/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.04.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

JOCELITO CANTO - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 030/2004, de autoria do Deputado André Vargas, que declara de Utilidade Pública o Aeroclube de Londrina, com sede e foro em Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 005/2004, de 01.03.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 030/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado André Vargas, declara de Utilidade Pública o Aeroclube de Londrina, com sede e foro no Município de Londrina.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de

acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.598/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.04.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
JOCELITO CANTO - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 059/2004, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de Utilidade Pública a Associação Cultural de Pérola, com sede e foro no Município de Pérola. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº012/2004, de 10.03.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 059/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Cleiton Kielse, declara de Utilidade Pública a Associação Cultural de Pérola, com sede e foro no Município de Pérola.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.598/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.04.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
JOCELITO CANTO - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 063/2004, de autoria do Deputado Ailton Araújo, que declara de Utilidade Pública a Entidade Associação Siloé de Apoio Social, com sede e foro em Curitiba. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº015/2004, de 16.03.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 063/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Ailton Araújo, declara de Utilidade Pública a Associação Siloé de Apoio Social, com sede e foro no Município de Curitiba.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.598/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.04.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
JOCELITO CANTO - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 650, de autoria dos Deputados Durval Amaral, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli e demais Deputados, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. VANDERLEI IENSEN (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 654, de autoria dos Deputados Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães, Valdir Rossoni e demais Deputados, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. VANDERLEI IENSEN (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 655, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. VANDERLEI IENSEN (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 638, 639, 646 e 651, de autoria do Deputado Rafael Greca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 640, de autoria do Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 641, de autoria do Deputado Dr. Luciano Ducci, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 643 e 653, de autoria dos Deputados Durval Amaral, Elio Rusch, Plauto Miró Guimarães e demais Deputados, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 644, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimentos nºs 645, 662 e 666, de autoria do Deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 649, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 667 e 668, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 669, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 670 e 672, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presença sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 28, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 301, 474/2003; 016, 030, 059 e 063/2004.

Convido ainda os Srs. Parlamentares para a Sessão Solene em homenagem ao Dia do Trabalhador, por proposição do Sr. Deputado Rafael Greca, a se realizar às 18h00 do dia 28 do corrente mês.

Levanta-se a Sessão.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 002ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2004

(terça-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelas Sras. Deputadas Luciana Rafagnin e Cida Borghetti.

Às dezesseis horas e trinta e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Dr. Luciano Ducci, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elza Correia, Felipe Lucas, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo

Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (53). Achando-se ausente o Deputado Elton Carlos Welter (01)

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Quero esclarecer a imprensa que não será pago nenhum jeton por esta Sessão Extraordinária.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 652

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência ao Projeto de Lei nº 002/2004, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 002/2004.

Sala das Sessões, em 27.04.2004.

(a) NATÁLIO STICA

A SRA. ELZA CORREIA (**Pela Ordem**)

Convido os companheiros e companheiras aqui da Assembléia e os funcionários, que nós estaremos na segunda-feira, às 17h00, no Plenário, sendo empossada como Presidente do Conselho Estadual da Mulher e considero isso de fundamental importância, porque além de sermos militante do Movimento de Mulheres, representamos aqui, a Assembléia Legislativa, também.

Estão, seria uma grande honra, Cida Borghetti, Elza Correia e Luciana Rafagnin, a presença dos companheiros na nossa posse como Presidente do Conselho Estadual da Mulher.

A SRA. CIDA BORGHETTI (**Pela Ordem**)

Gostaria de reforçar o convite feito pela nobre Deputada Elza Correia, Deputada Luciana Rafagnin, que esteve conosco na sua brilhante eleição.

Quero reforçar o convite aos nobres colegas Deputados, para que possamos prestigiar a posse da nossa colega Deputada Elza, frente ao Conselho Estadual da Mulher juntamente com as Conselheiras Deputadas

Luciana Rafagnin e Arlete Caramês, embora licenciada faz parte também do Conselho, como Conselheira, juntamente com a nossa colega e demais mulheres do Paraná, que vêm desenvolvendo um trabalho muito grande a favor da política como nós aqui pregamos.

Muito obrigada.

Parabéns, Deputada Elza Correia.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 002/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 002/2004, que objetiva excluir dos incisos II, IV e V, do artigo 12, da Lei nº 14.275, de 20 de setembro de 2003, as expressões por projetos/atividades. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CO.

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva de Plenário de nº 01, de autoria do Deputado Dr. Luciano Ducci, devidamente apoiada.

- Substitutivo Geral de Plenário de nº 02, de autoria do Deputado Durval Amaral, devidamente apoiado, ambos nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 002/2004

O artigo 1º do Projeto de Lei nº 002/2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Os índices dos incisos II, IV e V, do artigo 12 da Lei nº 14.275, de 29 de novembro de 2003, passam a ser de 15%”.

Sala das Sessões, em 27.04.2004.

(a) DR. LUCIANO DUCCI

Apoio: Valdir Rossoni, Jocelito Canto, Ademar Traiano, Elio Rusch.

SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO DE Nº 2

O presente substitutivo geral ao Projeto de Lei nº 002/2004, oriundo da Mensagem Governamental nº 002/2004, objetiva alterar a redação originalmente proposta, conforme segue:

“Art. 1º - Ficam modificados os incisos II, IV e V, do artigo 12 da Lei 14.275, de 29 de dezembro de 2003, conforme segue:

I -...

II - abrir créditos adicionais até o limite de 10% (dez por cento), por Projetos/Atividades das dotações previstas

neste orçamento, decorrentes do ingresso e do excesso de arrecadação de recursos provenientes de Convênios, de Fontes Vinculadas e de Receitas Próprias das Unidades da Administração Indireta, para aplicação em Programas aprovados por esta lei, utilizando como recurso às formas previstas no parágrafo primeiro do artigo 43, da lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

III -....

IV - abrir créditos adicionais até o limite de 15% (quinze por cento), por Projetos/Atividades das dotações definidas neste Orçamento, utilizando como recursos às formas previstas no parágrafo primeiro do artigo 45 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

V - proceder até o limite de 20% (vinte por cento) das dotações, por Projetos/Atividades definidos neste Orçamento a compensação, conversação ou criação de fontes de recursos ordinários, vinculados ou próprios dos Projetos/Atividades/Operações Especiais e das Obras, sem lhes alterar o valor global, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta lei. Não serão computados neste limite os recursos utilizados para abertura dos créditos adicionais abertos com base nos itens I e IV deste artigo.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação”.

Sala das Sessões, em 27.04.2004.

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

Sem prejuízo dos objetivos que nortearam a proposição do Poder Executivo e, sem no entanto também prejudicar a deliberação deste Parlamento no que respeita à execução orçamentária do Estado, o presente substitutivo geral harmonia e preserva os interesses institucionais e prerrogativas constitucionais destes Poderes do Estado.

Quanto à supressão da expressão “revogadas as disposições em contrário”, justifica-se para efeito de adequar o projeto de lei, à técnica legislativa ditada pela Lei Complementar 95, de 25 de fevereiro de 1998, que define as normas gerais para elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do artigo 59 da Constituição Federal.

O Projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. NATÁLIO STICA (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, nós retiramos, por cinco Sessões, este projeto.

Queria fazer uma consulta a V. Exa. nós já não estávamos no regime de votação em segunda discussão, quando foi retirado?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Foi aprovada em 1ª discussão e depois adiado por cinco Sessões.

O SR. NATÁLIO STICA (**Pela Ordem**)

Não chegamos a abrir a segunda?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não. Não chegamos nem à discussão.

Então, retorna-se à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. ADEMIR BIER (**Pela Ordem**)

O senhor já esclareceu o assunto.

Acho que estava em processo de votação.

Eu fazia o encaminhamento naquela oportunidade, quando o Deputado Durval Amaral levantou a questão do requerimento; foi feito um acordo com o nosso Líder, Deputado Stica, numa concessão, mas que estava em processo de votação, estava! Só não cabe emenda!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu vou me informar junto às notas taquigráficas e amanhã darei a informação a V. Exa.

Sobre a mesa, Requerimento nº 652, de autoria do Deputado Natálio Stica, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.

Ata da CPI:

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DAS UNIVERSIDADES ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de dois mil e quatro, no auditório Luiz Gabriel Guimarães Sampaio (Plenarinho) da Assembléia Legislativa do Paraná, sob a presidência do Sr. Deputado Delegado Bradock, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito das Universidades que contou com a presença dos seguintes Deputados membros: Neivo Beraldin, Ratinho Júnior, Artagão Júnior, Hermes Fonseca, Plauto Miró Guimarães. Participou também a Deputada Elza Correia. Havendo número legal o Sr. Presidente abriu os trabalhos, submetendo à aprovação a ata da reunião anterior. APROVADA. A seguir o Sr. Presidente solicitou à Sra. Lygia Lumina Pupatto, Magnífica Reitora da Universidade Estadual de Londrina que fizesse a leitura do termo de compromisso. A seguir passou a responder as indagações dos Srs. Deputados. Requerimento do Deputados Neivo Beraldin, no sentido de que sejam remetidos a esta Comissão os valores dos vencimentos de todos os professores e funcionários da Universidade Estadual de Londrina, no prazo de cinco dias. Em votação APROVADO. O Deputado

Plauto Miró Guimarães requereu as licitações dos últimos dois anos da referida instituição; os registros contábeis de receitas e despesas em especial as receitas para geração de serviços da Fazenda-Escola, bem como a extensão da área e a produção desta. Em Votação. APROVADO. Requerimento do Deputado Delegado Bradock no sentido de sejam encaminhados os nomes dos componentes da sindicância mencionada pela depoente. Em votação. APROVADO. Em seguida compareceu para depor o Sr. Itamar André Rodrigues do Nascimento. Presidente do Sindicato dos Servidores da Universidade Estadual de Londrina. O Deputado Neivo Beraldin requer a quebra de sigilo da documentação da sindicância que investigou denúncias contra o Sr. José César de Camargo. Em votação. APROVADO. Logo após compareceu para depor o Sr. José César de Camargo. Requerimento no sentido de chamar para prestar esclarecimentos a esta Comissão, um representante da COPEZI. Em votação. APROVADO. Requerimento do Deputado Neivo Beraldin no sentido de reconvocar o Sr. Manoel Ronaldo de Carvalho Paiva, do Diretório Central dos Estudantes. Em votação. APROVADO. Em seguida a Comissão ouviu o depoimento do professor Luiz Carlos Bruschi, do Departamento de Farmácia e Bioquímica da Universidade Estadual de Londrina. Requerimento no sentido de solicitar a nota fiscal do equipamento citado pelo depoente. Em votação. APROVADO. A íntegra das perguntas dos Srs. Deputados e as respostas dos depoentes, constam das notas degavadas que passam a fazer parte desta Ata. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente, Deputado Delegado Bradock, encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, demais Srs. Deputados-membros presentes à reunião e por mim, Alan Marcos Andrade, Secretário da Comissão.

(aa) DELEGADO BRADOCK - Presidente

Alan Marcos Andrade - Secretário

Atas de Comissões:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA 05ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de abril do ano de dois mil e quatro, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Deputado Hermes Fonseca e com a presença dos seguintes Deputados: Elton Carlos Welter, Tadeu Veneri, José Maria Ferreira, Jocelito Canto, Antonio Anibelli, Pastor Edson Praczyk, Barbosa Neto, Marcos Isfer, Delegado Bradock, Dr. Luciano Ducci, Nelson Justus, Chico Noroeste e Nelson Tureck. Havendo número legal, o Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a Ata da última reunião ordinária e o termo de Ata da reunião anterior em votação, após solicitação de dis-

pensa da leitura pelo Deputado Jocelito Canto - APROVADO. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 594/2003 de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Durval Amaral, lido pelo Deputado Jocelito Canto - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 688/2003 de autoria da Deputada Cida Borghetti. O Deputado Delegado Bradock solicita vistas - DEFERIDO pelo Presidente; 03) Projeto de Lei nº 691/2003 de autoria do Deputado Ratinho Júnior. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Delegado Bradock, - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 729/2003 de autoria do Deputado Luciano Ducci. Os Deputados Jocelito Canto e Delegado Bradock solicitam vistas - DEFERIDO pelo Presidente; 05) Projeto de Lei nº 736/2003 de autoria do Deputado Padre Paulo Campos. O Deputado Tadeu Veneri solicita vistas - DEFERIDO pelo Presidente; 06) Projeto de Lei nº 738/2003 de autoria do Deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 98/2003 de autoria do Deputado Natálio Stica. O Deputado Marcos Isfer solicita vistas - DEFERIDO pelo Presidente; 08) Projeto de Lei nº 284/2003 de autoria do Deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL à emenda de Plenário, do Deputado Delegado Bradock, - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 405/2003 de autoria da Deputada Arlete Caramês. Parecer FAVORÁVEL à emenda de Plenário, do Deputado Dr. Luciano Ducci - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 561/2003 de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni. Parecer FAVORÁVEL à emenda do Plenário, do Deputado Delegado Bradock - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 739/2003 de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni e Projeto de Lei nº 27/2004 de autoria do Deputado Natálio Stica ambos anexos. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Elton Carlos Welter, na forma da emenda anexa - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 11/2004 de autoria do Deputado Alexandre Curi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Marcos Isfer - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 13/2004 de autoria do Deputado Alexandre Curi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Maria Ferreira, na forma da emenda anexa - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 39/2004 de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Jocelito Canto - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 256/2003 de autoria do Deputado Natálio Stica. O Deputado Delegado Bradock solicita vistas - DEFERIDO; 16) Projeto de Lei nº 317/2003 de autoria do Deputado Barbosa Neto. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Marcos Isfer, na forma da emenda anexa - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 01/2004 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Elton Carlos Welter, na forma da emenda anexa - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 61/2004 de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Anibelli - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 77/2004 de autoria do Deputado Neivo Beraldin. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Jocelito Canto, na forma

da emenda anexa - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 115/2003 de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Jocelito Canto - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 447/2003 de autoria do Deputado Padre Paulo Campos. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Jocelito Canto - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 474/2003 de autoria do Deputado Chico Noroeste. APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 705/2003 de autoria do Deputado Padre Paulo Campos. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Jocelito Canto - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 16/2004 de autoria do Deputado Barbosa Neto. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Jocelito Canto - APROVADO; 25) Projeto de Lei nº 30/2004 de autoria do Deputado André Vargas. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Jocelito Canto - APROVADO; 26) Projeto de Lei nº 31/2004 de autoria do Deputado Padre Paulo Campos. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Jocelito Canto - APROVADO; 27) Projeto de Lei nº 46/2004 de autoria do Deputado Luiz Nishimori. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Jocelito Canto - APROVADO; 28) Projeto de Lei nº 52/2004 de autoria do Deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Jocelito Canto - APROVADO; 29) Projeto de Lei nº 59/2004 de autoria do Deputado Cleiton Kielse. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Jocelito Canto - APROVADO; 30) Projeto de Lei nº 60/2004 de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Jocelito Canto - APROVADO; 31) Projeto de Lei nº 63/2004, de autoria do Deputado Ailton Araújo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Jocelito Canto - APROVADO; 32) Projeto de Lei nº 72/2004 de autoria do Deputado Luiz Nishimori. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Jocelito Canto - APROVADO; 33) Projeto de Lei nº 80/2004 de autoria do Deputado Natálio Stica. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Jocelito Canto - APROVADO; 34) Projeto de Lei nº 83/2004 de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk - Parecer FAVORÁVEL do Deputado Jocelito Canto - APROVADO; 35) Projeto de Lei nº 89/2004 de autoria do Deputado Hermes Fonseca. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Jocelito Canto - APROVADO; 36) Projeto de Lei nº 87/2004 de autoria do Deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Jocelito Canto - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e Secretária desta Comissão.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
15ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
TERMO DE ATA
20 DE ABRIL DE 2004

Aos vinte dias do mês de abril do ano de dois mil e quatro, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Deputado Hermes Fonseca e com a presença dos Deputados Jocelito Canto, Tadeu Veneri, Pastor Edson Praczyk, Delegado Braddock e Dr. Luciano Ducci. Não havendo número legal, declarou-se transferida a presente reunião.

Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei o presente Termo de Ata, que após lido e aprovado será assinado pelo Sr. Presidente, pelos Srs. Deputados e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e Secretária de Comissão.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

Ana Lucia Andretta - Secretária